

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6857/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana no dia 6.12.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6838/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro 1 (um) dia de folga compensatória no dia 14.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6871/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 21.12.2017 a 20.12.2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012488-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6575/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010861-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6870/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.12.2018 a 5.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012138-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6839/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6835/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 11 e 12.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6577/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 20.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010863-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6834/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6842/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 3 (três) dias de folga compensatória no período de 13 a 15.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 20.12.2017 a 6.1.2018 e 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6841/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 1 (um) dia de compensação no dia 19.12.2023, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2019, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6576/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010862-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6840/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral 1 (um) dia de folga compensatória no dia 18.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial em regime de mutirão realizada em 2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6784/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 14.11 a 13.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012186-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6837/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6580/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Biana Karina Barros da Costa, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 5.2 a 5.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010891-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6836/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6850/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bonito no julgamento dos Autos nº 0000662-16.2013.8.12.0028, no dia 1º.12.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6869/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 19.1.2024, as férias regulamentares da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro concedidas por meio da Portaria nº e-1477/2023-PGJ, de 14.11.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6578/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010864-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6922/2023-PGJ, DE 12.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 1 (um) dia de folga compensatória no dia 14.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 6923/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 1 (um) dia de folga compensatória no dia 15.12.2023, por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares em 2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 6847/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de folga compensatória no dia 18.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 6581/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 20.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00010897-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6780/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 29.11 a 18.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012520-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6848/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de folga compensatória no dia 19.12.2023, por ter coadjuvado a 44ª Zona Eleitoral nas eleições de 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6846/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2015 a 6.1.2016, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6868/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 19.1.2024, as férias regulamentares do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro, concedidas por meio da Portaria nº e-1271/2023-PGJ, de 25.10.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6779/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 30.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012534-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6859/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Costa Rica, no julgamento dos Autos nº 0000718-57.2023.8.12.0009, no dia 18.12.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6845/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6782/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 26 (vinte e seis) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 22.11 a 17.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012308-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6858/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Corumbá no dia 14.12.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6867/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 5 a 14.12.2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6783/2023-PGJ, DE 7.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 20 (vinte) dias de folga compensatória, sendo 18 (dezoito) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 2 (dois) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos nos períodos de 17 a 30.11.2023 e 4 a 9.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012195-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6786/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 18 (dezoito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.11 a 8.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012165-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6856/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio, para compor a comissão para o recebimento definitivo do sistema de microgeração de energia elétrica a partir da fonte primária solar (*on grid*) instalado nas unidades do MPMS (Contrato nº 148/PGJ/2022); e revogar a Portaria nº 4186/2023-PGJ, de 1º.8.2023, na parte que designou o então servidor Bruno Dantas Sanchez, passando a equipe a ter a seguinte composição: Bruno Zanatto Macedo, Elvey Tessaro Andrade, Gabriela Bernardes Lima, Julio Henrique Nunes da Cunha e Nadson Soares de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6864/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2023NE005600 e 2023NE005601, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 2.1) Suplente – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado (PGA nº 09.2023.00011866-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6865/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6537/2023-PGJ, de 4.12.2023, de forma que, onde consta: “PGA nº 02.2023.00143218-4”, passe a constar: “PGA nº 09.2023.00011932-8”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6866/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 199/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00000458-2 - PGJ/10/2839/2020); e revogar as Portarias nºs 61/2021-PGJ, de 11.1.2021, com suas alterações, e 3616/2022-PGJ, de 19.7.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº e-1461/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.3.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1462/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Humberto Lapa Ferri, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1465/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.3.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1466/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	29.1 a 7.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1473/2023/PGJ, DE 14.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paula da Silva Volpe, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1478/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1482/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Mauri Valentim Riciotti, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1483/2023/PGJ, DE 14.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Paulo Cezar dos Passos, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 6717/2023-PGJ, DE 6.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Tornar pública a lista de antiguidade dos Técnicos I e II lotados nas Promotorias de Justiça de Campo Grande que poderão ser convocados como suplentes para o plantão do feriado forense, na ordem do mais moderno ao mais antigo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5950/2023-PGJ, de 6.11.2023.

I – nos termos do artigo 14, § 4º, da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8.9.2021:

NÚMERO	NOME	CARGO	DATA DA POSSE
1.	João Guilherme de Oliveira Almeida	Técnico I	12.11.2014
2.	Jaqueline Obregão da Rosa Ramos	Técnica I	31.1.2014
3.	Janaina Bárbara dos Santos Oliveira	Técnica II	4.11.2013
4.	Rebeca Izepi Silva Monteiro	Técnica I	4.11.2013
5.	Guaraci Mendes da Silva	Técnico II	4.11.2013
6.	Natalia Arima Xavier Castro	Técnica I	4.11.2013
7.	Silvia Helena Schiavi de Carvalho	Técnica II	4.11.2013
8.	Katheleen Taira de Medeiros	Técnica II	10.10.2008
9.	Vinicius Ferreira Martins	Técnico II	4.3.2008
10.	Gerson Estevam da Silva Junior	Técnico I	9.1.2008
11.	Cleizy Mara Romeiro	Técnica I	26.11.2007
12.	Anelita Aparecida de Figueiredo	Técnica I	17.8.2001
13.	Gilvana de Abreu Deotti	Técnica I	11.4.2000
14.	Otavio Laurindo da Silva Neto	Técnico I	15.10.1999
15.	Carlos Alberto Arguelho	Técnico I	12.9.1997

II – nos termos do Despacho nº 1612/2023/PGA-ADM, de 1º.11.2023:

NÚMERO	NOME	CARGO	DATA DA POSSE
1.	Waleska Pinto Luiz	Técnica I	20.11.2015
2.	Ariadine Galassi da Silva Ribeiro	Técnica I	18.11.2015
3.	Louise Isabelita Lima de Brites Padovan	Técnica I	17.11.2014
4.	Keyla Pereira Yoshimura	Técnica I	12.11.2014
5.	Fernando da Costa Rocha	Técnico II	4.11.2013
6.	Werner Vinicius da Silva Bezerra	Técnico II	4.11.2013
7.	Renato Teiji Yamamoto	Técnico II	4.11.2013
8.	Rafael Massulo Bento	Técnico II	4.11.2013
9.	Sirlene Gomes Romeiro Vieira	Técnica II	4.11.2013
10.	Jader Silva de Melo Alves	Técnico II	21.7.2009
11.	Patricia Alves Coutinho Lacerda	Técnica I	3.12.2007
12.	Frederico Correa Pereira da Silva	Técnico I	29.6.2004
13.	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnica I	15.10.1999
14.	Kellen Ferreira Nunes	Técnica II	15.10.1999
15.	Patricia Marim	Técnica I	15.10.1999

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6718/2023-PGJ, DE 6.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Tornar pública a lista de antiguidade dos Assessores Jurídicos em exercício nas Promotorias de Justiça de Campo Grande que poderão ser convocados como suplentes para o plantão do feriado forense, na ordem do mais moderno ao mais antigo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5951/2023-PGJ, de 6.11.2023.

I – nos termos do artigo 14, § 4º, da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8.9.2021:

NÚMERO	ASSESSORES JURÍDICOS	DATA DA POSSE
16.	Caique de Moura Santos	12.4.2021
17.	Jorge Charbel Berto Nasralla	8.7.2016
18.	Aline de Andrade Lara Moreira	7.1.2016
19.	Willian da Silva Costa	7.1.2016
20.	Estefany de Oliveira Pezzi	20.11.2015
21.	Luciana Rodrigues Mandu	5.11.2015
22.	Driele Evelin Santos Vargas Araujo	2.10.2015
23.	Raphaela Gonsales Gomes Gheno	17.4.2015
24.	Thaynara Garcia de Souza	13.10.2014
25.	Geovani Lopes Marques	6.10.2014
26.	Tsutomu Matsunaga	17.3.2014
27.	Julyanne Marcondes de Oliveira	8.1.2014
28.	Flavio Lopes	21.2.2013
29.	Milena Paula Rubio	6.6.2011
30.	Denise Pereira de Lima	4.5.2011
31.	Lucyan Lacchi	7.1.2011
32.	Emiliane Ferreira de Amorim	8.11.2010
33.	Ruth Cavalcanti Tamasato Coitinho	12.7.2010
34.	Camila Mara Machado	5.3.2010
35.	Isabela Castro Almeida	25.2.2010
36.	Mayara Vaz Cardeal Lima	5.2.2010
37.	Elisa Parra Katayama	14.1.2010
38.	Lailene Couto Penteado	24.4.2009
39.	Letícia da Silva Assunção	24.10.2008
40.	Patrick Arruda Santana	7.7.2008
41.	Silviane Leite Pires do Espírito Santo	7.12.2007
42.	Luana Nunes da Costa Pepino	11.12.2003
43.	Andrea Rocha Benetti	10.10.2003

II – nos termos do Despacho nº 1612/2023/PGA-ADM, de 1º.11.2023:

NÚMERO	ASSESSORES JURÍDICOS	DATA DA POSSE
1.	Frank Denner Pereira Oliveira	23.7.2021
2.	Fernanda dos Santos Fontes	8.9.2020
3.	Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini	1º.11.2019
4.	Priscilla Nakaya Kinoshita	29.10.2019
5.	Diego Vaz Bruschi	5.8.2019
6.	Edna de Barros Manzoni	4.7.2018
7.	Andressa Klein Assumpção	1º.3.2018
8.	Flavio Ricardo de Souza	22.2.2018
9.	Diego Bueno Ferraz de Moura	16.10.2015



10.	Thallyta Iflan da Cunha Barbeto	4.7.2014
11.	Alessandro Alcides Bogo	21.3.2011
12.	Jeovane da Silva Gomes	25.3.2010
13.	Camila Mara Machado	5.3.2010
14.	Isabela Castro Almeida	25.2.2010
15.	Juliano Machado	25.2.2010

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6519/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão para o feriado forense de 20.12.2023 a 6.1.2024 dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos, Técnicos I e II e Auxiliares do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que deverá ser cumprido de forma presencial na comarca de lotação original de cada servidor, nos termos da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8.9.2021:

1. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA				
DATA	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS EM RECURSOS NA ÁREA CRIMINAL
	ASSESSORES DE PROCURADOR / ASSESSORES JURÍDICOS			
20.12.2023	Kathielle Agatha Palermo Faria	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
21.12.2023	Kathielle Agatha Palermo Faria	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
22.12.2023	Kathielle Agatha Palermo Faria	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
23.12.2023	Kathielle Agatha Palermo Faria	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
24.12.2023	Kathielle Agatha Palermo Faria	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
25.12.2023	Yohhan Teruya	Telma Lúcia Imada Leal	Francimar Messias Assis Junior	Thaís Meliso Gonçalves
26.12.2023	Yohhan Teruya	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Thaís Meliso Gonçalves
27.12.2023	Yohhan Teruya	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Thaís Meliso Gonçalves
28.12.2023	Yohhan Teruya	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Thaís Meliso Gonçalves
29.12.2023	Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
30.12.2023	Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
31.12.2023	Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	Telma Lúcia Imada Leal	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
1º.1.2024	Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
2.1.2024	Cassius Marcelus da Cruz Bandeira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
3.1.2024	Luís Felipe Ibanhes Pereira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
4.1.2024	Luís Felipe Ibanhes Pereira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
5.1.2024	Luís Felipe Ibanhes Pereira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza
6.1.2024	Luís Felipe Ibanhes Pereira	Ellen Tápia Vargas	Felipe Andrade Yazbek	Leonardo Coninck de Souza



2. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA			
REGIÃO 1 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA, FABRICIO PROENÇA DE AZAMBUJA, JOÃO MENECHINI GIRELLI, LUCIANA DO AMARAL RABELO, MARJORIE OLIVEIRA ZANCHETTA DE AZAMBUJA, RODRIGO YSHIDA BRANDÃO			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Campo Grande	Lenice Mie Joboji	Técnica II	20 a 22.12.2023
	Andrezza Barbosa dos Anjos	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Amanda Stephany Julio Barbosa	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Larissa Figueiredo de Toledo Buytendorp	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister	Assessor Jurídico	20 a 28.12.2023
	Paula Cristina Andrade Galvão	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Leticia Sousa Gonçalves	Técnica I	23 a 28.12.2023
	Andressa Cecon Bidutti Souza	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
	Karoline Bedatti Higashi	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
	Maristella Almeida Franzim Souza	Assessora Jurídica	29.12.2023 a 6.1.2024
	Vanessa Yasmin Taira Agnelli	Assessora Jurídica	29.12.2023 a 6.1.2024
	Carolyne Silvestre Oliveira Mendes	Assessora Jurídica	29.12.2023 a 6.1.2024
	Guilherme Ken It de Campos Kikuchi	Técnico II	29.12.2023 a 6.1.2024
Bandeirantes	Willian Natan Vanderlei Passarini	Assessor Jurídico	28.12.2023 a 6.1.2024
Sidrolândia	Luciana Souza Zanardo	Assessora Jurídica	20 a 25.12.2023
	Lucas Ramos da Costa	Assessor Jurídico	26 a 28.12.2023
	Cristina Castilho Akatsuka	Técnica I	29.12.2023 a 1º.1.2024
	Daiane Wendling Mallmann	Assessora Jurídica	2 e 3.1.2024
	Paulo Barbiero Dorigão	Técnico II	4 a 6.1.2024
Terenos	Yasmin Aparecida Rodrigues Rezende	Assessora Jurídica	20 a 24.12.2023
	Fernando Augusto Fagundes Gonçalves	Assessor Jurídico	25 a 30.12.2023
	Flávio Cesar de Pauli	Técnico I	31.12.2023 a 5.1.2024

REGIÃO 2 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: AMILCAR ARAUJO CARNEIRO JUNIOR, CLAUDIO ROGERIO FERREIRA GOMES, GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR, LUIZ EDUARDO DE SOUZA SANT'ANNA PINHEIRO			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Caarapó	Leonardo Rodrigues de Matos	Técnico I	20 a 25.12.2023
	Janaina Bortoloto	Assessora Jurídica	26.12.2023 a 1º.1.2024
	Alexssandro Crivelli Silva	Assessor Jurídico	2 a 6.1.2024
Deodápolis	Divany Thomaz Duarte Júnior	Técnico I	20 a 22 e 26 a 29.12.2023
	Felipe de Lima Figueiredo	Assessor Jurídico	2 a 5.1.2024
Dourados	Bruna Berto de Souza	Assessora Jurídica	20.12.2023
	Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta	Técnica II	20 e 25.12.2023
	Taís Conrad Beluzi	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Marcelo Maruyama	Técnico I	21.12.2023
	Andrelucio Vasconcelos Cavalcante	Assessor Jurídico	21 e 22.12.2023
	Silmara Diniz Paulino da Rocha	Técnica I	22.12.2023
	Camila Morena Kudo da Silva	Assessora Jurídica	23.12.2023
	Daniele Aparecida Souza	Técnica II	23.12.2023 e 2 e 3.1.2024
	Aline Silva de Azevedo Cavalcante	Técnica I	24.12.2023
	Lucineia Paula da Silva	Assessora Jurídica	24 e 25.12.2023
	Aline Reginaldo de Souza	Assessora Jurídica	26.12.2023
	Leandro Lima dos Santos	Técnico II	26 e 28.12.2023
	Ana Emília Alves Barbosa	Técnica II	27.12.2023
	Caren Suéli Montagner Lago	Assessora Jurídica	27.12.2023
	Everton Aparecido Fernandez de Arruda	Assessor Jurídico	28.12.2023
	Isabela Stefanek Pacheco	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
	Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	29.12.2023
	João Gobbo	Assessor Jurídico	29 e 30.12.2023
	Rosângela Bonacina Milgarefe	Técnica I	30.12.2023
	Paola Reginato Pereira	Técnica II	31.12.2023
	Heitor Roberto Alcantes Wollmann	Assessor Jurídico	31.12.2023 e 1º.1.2024
	Stella Trota	Técnica I	1º.1.2024
	Izabeli Araújo Olivette	Assessora Jurídica	2 e 3.1.2024
	Marlene Falco de Lima	Assessora Jurídica	4 e 5.1.2024



	Terezinha de Jesus Nantes Ferreira	Técnica I	4 a 6.1.2024
	Sérgio Frederico Pott Júnior	Assessor Jurídico	6.1.2024
Glória de Dourados	Francieli Ataíde de Souza	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
Fátima do Sul	Everaldo Almeida dos Santos	Técnico I	20 a 22.12.2023
	Marilucy Vasconcelos Cavalcante Antoniassi	Técnica I	26.12.2023 e 5.1.2024
	Daniel Célio Fernandes Costa Matos	Assessor Jurídico	28 e 29.12.2023 e 2.1.2024
	Paulo Henrique Sanches	Assessor Jurídico	27.12.2023 e 3 e 4.1.2024
Itaporã	Flávio Henrique Koki Azato	Assessor Jurídico	20 a 22.12.2023
	Luis Augusto Degani de Oliveira Rodrigues	Assessor Jurídico	26 a 29.12.2023 e 2 a 5.1.2024

REGIÃO 3 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: RODRIGO CORREA AMARO, VIVIANE ZUFFO VARGAS AMARO			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Corumbá	Fábio Castro dos Santos	Assessor Jurídico	20 e 21.12.2023
	Weskley Moreira	Técnico I	20, 21 e 25.12.2023
	Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	Assessora Jurídica	20 a 29.12.2023
	Jamilly Lima Barbieri	Assessora Jurídica	22 e 23.12.2023
	Epsom Xavier Pereira	Técnico I	22 a 24 e 26 e 27.12.2023
	Adiy Adi Tranches	Assessor Jurídico	24 e 25.12.2023
	Thaísa Aparecida Campagna de Assis	Assessora Jurídica	26 e 27.12.2023
	Renan da Silva Ovando	Técnico II	28.12.2023 e 1º.1.2024
	Gabriel Damiano Amaral Silveira	Técnico I	29 a 31.12.2023
	Luiz Alessandro Cardoso Capucci	Assessor Jurídico	30 e 31.12.2023
	Rafael Assef Vieira	Assessor Jurídico	28.12.2023 a 6.1.2024
	Maria Alice da Silva Paiva Ramos	Técnica I	2 e 3.1.2024
	Keila Fabrícia Gongora Rodrigues	Técnica II	4 a 6.1.2024

REGIÃO 4 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA, ETEOCLES BRITO MENDONÇA JUNIOR, ROSANA SUEMI FUZITA IRIKURA			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Bataguassu	João Veríssimo de Luna Júnior	Assessor Jurídico	20.12.2023 a 6.1.2024
Três Lagoas	Sandra Maria Amâncio Mariano	Técnica I	20, 21 e 31.12.2023
	Elisman da Costa Vargas	Assessora Jurídica	20 a 25.12.2023
	Sheila Marques da Costa	Assessora Jurídica	20 a 25.12.2023
	Rafael Roble de Oliveira	Assessor Jurídico	20 a 28.12.2023 e 1º a 6.1.2024
	Marivalma Amâncio de Lima Suzuki	Técnica I	22 a 24.12.2023
	Camila Ramalho Mendes	Técnica II	25 a 27.12.2023
	Yasmin Teodoro Gasparini	Assessora Jurídica	26 a 31.12.2023
	Maria Gabriela Soares Fonseca	Assessora Jurídica	26 a 31.12.2023
	Sandra Maria Albino de Souza Garcia	Técnica I	28 a 30.12.2023
	Tamires Aparecida Nascimento Firigato Fochi	Assessora Jurídica	1º a 6.1.2024
	Fábio Maick da Silva	Técnico II	1º a 3.1.2024
	Jaqueline Berceli Barca Cursino	Técnica I	4 a 6.1.2024

REGIÃO 5 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: EDIVAL GOULART QUIRINO, JOÃO MENECHINI GIRELLI			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Aquidauana	Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira	Técnica II	20 a 22.12.2023 e 3 a 5.1.2024
	Enrique Gonçalves de Souza	Técnico I	26.12.2023
	Rosana Antunes Blan	Assessora Jurídica	27 a 29.12.2023
	Nadson Matheus Borges	Assessor Jurídico	20.12.2023 a 6.1.2024
Miranda	Jéssica Gabrielle Rech Skovronski	Assessora Jurídica	20 a 22.12.2023
	Patrícia da Silva Pereira	Técnica I	26 a 29.12.2023
	Vânia de Oliveira Coelho Gondim	Técnica II	2 a 5.1.2024

REGIÃO 6 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: EDIVAL GOULART QUIRINO, MURILO HAMATI GONÇALVES			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Amambai	Claudete Ferreira Rodrigues de Sá	Técnica I	20 a 22.12.2023
	Roberson Rosalin de Freitas	Técnico II	23, 24, 28 e 29.12.2023
	Fernanda Kleinschmitt Almada Ajala	Assessora Jurídica	25 e 26.12.2023
	João Paulo Duarte	Assessor Jurídico	27.12.2023
	Joel César Bortolan de Emilio	Auxiliar/Motorista	30 e 31.12.2023
	Danielle Priscila Bernardo da Silva	Assessora Jurídica	1º e 2.1.2024



	Lucas Santana Lima	Assessor Jurídico	3 a 6.1.2024
Ponta Porã	João Augusto Grecco Pelloso	Técnico II	20 a 22.12.2023
	Agnes Juliane Cardoso Fonseca	Técnica II	26 a 29.12.2023
	Hélio Ribeiro Pinto	Técnico II	2 a 4.1.2024
	Nazira Quintana Hamer	Auxiliar/Administrativa	5 e 6.1.2024

REGIÃO 7 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI, FELIPE ALMEIDA MARQUES			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Anaurilândia	Izabella Maria Reis Andrade	Assessora Jurídica	20.12.2023 a 6.1.2024
Angélica	Jéssica Lima Neto	Assessora Jurídica	20 a 22 e 26 a 28.12.2023
	Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	Técnica I	29.12.2023 e 2 a 5.1.2024
Batayporã	Edmundo Tsuyoshi Ikeda	Técnico II	20.12.2023 a 6.1.2024
	Gabriel Ignácio Lopes	Assessor Jurídico	28.12.2023 a 6.1.2024
Ivinhema	Luiz Fernando Barros Mansano	Assessor Jurídico	20 a 28.12.2023
	Jorge Luiz Dias	Assessor Jurídico	20 a 28.12.2023
	Brauner Murilo de Melo Biscoli	Técnico I	26 e 27.12.2023
	Sergio Teodoro Batista	Técnico I	28 e 29.12.2023
	Silvia Mara Manvailer Gomes	Técnica I	2 a 5.1.2024
Nova Andradina	Tamires Alves de Oliveira	Assessora Jurídica	21 e 22.12.2023
	Carlos Alberto Reis Nogueira Júnior	Técnico I	26 e 27.12.2023
	Osvaldo dos Santos	Técnico I	28 e 29.12.2023
	Nayara Lino Ruas	Assessora Jurídica	2 e 3.1.2024
	Roger Medeiros Batista	Assessor Jurídico	4 e 5.1.2024
	Thaylanne Christie da Silva Arruda Rafael	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024

REGIÃO 8 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: ANDRE LUIZ DE GODOY MARQUES, LETICIA ROSSANA PEREIRA FERREIRA BERTO DE ALMADA			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Iguatemi	Renan Luiz Santos de Souza	Assessor Jurídico	20 a 22.12.2023
	Marcos Andraos Mokayad Ferro	Técnico I	26.12.2023 a 6.1.2024
Itaquiraí	Leticia Pereira Bezerra	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
Mundo Novo	Fabiana Pereira da Silva	Assessora Jurídica	20 a 22.12.2023
	Denis Clebson da Cruz	Técnico I	20 a 25.12.2023
	Alexandra Secco de Almeida Silva	Técnica II	26.12.2023 a 4.1.2024
	Ricardo Alberto Longo Bezerra	Assessor Jurídico	28.12.2023 a 6.1.2024
Naviraí	Maria Rosa Ferreira	Técnica II	20 a 22.12.2023
	Beatriz Andrade de Azevedo Bachim	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Renata Ribeiro Prudente	Assessora Jurídica	23 a 25.12.2023
	Jeferson Willian Turchiello	Assessor Jurídico	26 a 28.12.2023
	Thiago Falcão Ricartes	Assessor Jurídico	29 a 31.12.2023
	Jason Hiroyuki Heraí	Técnico I	1º a 3.1.2024
	Laura Barros Azambuja	Técnica II	4 a 6.1.2024

REGIÃO 9 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: MICHEL MAESANO MANCUELHO, GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Camapuã	Pablo Ferelli de Souza	Técnico I	20 a 22.12.2023
	Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores	Técnico I	26 a 29.12.2023
	Estefani Almeida de Oliveira	Assessora Jurídica	2 a 5.1.2024
Coxim	Jéssica dos Santos Fernandes	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023
	Joel Gonçalves Coelho	Auxiliar/Motorista	29.12.2023 e 2 e 3.1.2024
	Carlos Henrique Saldanha Guasso	Assessor Jurídico	4 e 5.1.2024
Rio Verde de Mato Grosso	Carlo Zanandreis Lopes	Assessor Jurídico	20 a 22.12.2023
	Fernanda Biscaia da Silva Cavalcante	Técnica I	26 a 29.12.2023
	Fabricia Christina da Silva Santos Antônio	Assessora Jurídica	2 a 5.6.2024
São Gabriel do Oeste	Adriana Calgaro Gomes	Assessora Jurídica	20 a 23.12.2023
	Cláudia Láva Addor Fischer	Assessora Jurídica	24 a 28.12.2023
	Magnum Fischer De Oliveira	Técnico I	29.12.2023 a 3.1.2024
	Eudes Limeira da Silva	Técnico I	4 a 6.1.2024



REGIÃO 10 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: MATHEUS MACEDO CARTAPATTI, THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Aparecida do Taboado	Adilson Arruda Leão	Auxiliar	20 a 28.12.2023
	Lessandra Junqueira Cunha	Assessora Jurídica	20.12.2023 a 1º.1.2024
	Isadora Souto Freitas	Assessora Jurídica	20 a 28.12.2023 e 2 a 6.1.2024
Cassilândia	Pedro Borges de Souza	Técnico I	20 a 25.12.2023
	Juliana Santos Amaral	Assessora Jurídica	26.12.2023 a 1º.1.2024
	Cássia Regina Calça	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
Chapadão do Sul	Diva Maria de Souza	Assistente Social	20 a 27.12.2023
	Marcelo Roque Daltro Tosta	Técnico II	20 a 27.12.2023
	Israel Ribeiro de Souza	Auxiliar/Motorista	28.12.2023 a 6.1.2024
	Laura Aparecida Soares Pedrosa	Assessora Jurídica	28.12.2023 a 6.1.2024
Costa Rica	Felipe Ferrari Marcolin	Técnico II	20 a 22.12.2023
	Juscélia Melo Lemos	Técnica II	26 a 29.12.2023 e 2 a 5.1.2024
Paranaíba	Fernanda Fabrini Silva	Técnica II	20 a 22 e 26 a 28.12.2023
	Diego Vinicius Queiroz Silva	Técnico II	23 a 25 e 29 a 31.12.2023
	Fernando da Silva Dellamura	Assessor Jurídico	1º a 3.1.2024
	Vivian Sheilis Bogger Queiroz	Técnica I	4 a 6.1.2024

REGIÃO 11 - PROMOTORES DE JUSTIÇA: DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO, JANAINA SCOPEL BONATTO			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Bela Vista	Gabriela Rankel Ferreira	Assessora Jurídica	20.12.2023 a 6.1.2024
Bonito	Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira	Técnico I	20 a 22 e 26.12.2023
	Thiago Simioli Holsback	Técnico I	27 a 29.12.2023 e 2.1.2024
	Monike Gomes da Gama	Assessora Jurídica	3 a 5.1.2024
Jardim	Sandra Serliz da Silva	Técnica I	20.12.2023 a 6.1.2024
	Lúcia Stein Basso	Auxiliar	20.12.2023 a 6.1.2024

REGIÃO 12 – PROMOTORES DE JUSTIÇA: MAYARA SANTOS DE SOUSA, MOISES CASAROTTO			
COMARCA	SERVIDOR(A)	CARGO	DATA
Maracaju	José Albino Campitelli Júnior	Assessor Jurídico	20 e 21.12.2023 e 28.12.2023 a 6.1.2024
	Liliane Rosa da Silva	Técnica I	22 e 26 a 29.12.2023
	Fabiana Lopes da Silva	Assessora Jurídica	2 a 5.1.2024
Nova Alvorada do Sul	Renan Ricardo Furtado da Silva	Assessor Jurídico	20 a 28.12.2023
	Drielle Castelhão Pascuti	Assessora Jurídica	29.12.2023 a 6.1.2024
Rio Brilhante	Robson Gregório Rondão Alves	Assessor Jurídico	20 a 24.12.2023
	Murilo Marquini Porto	Assessor Jurídico	25 a 28.12.2023
	Valter Ribeiro dos Santos Junior Wille	Técnico II	29.12.2023 a 2.1.2024
	Alex Hernandes Barboza	Técnico I	3 a 6.1.2024

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6851/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 42ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Natalia Arima Xavier Castro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6852/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ivinhema, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 26.1.2024, em razão afastamento do servidor Sergio Teodoro Batista, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6853/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21.11 a 1º.12.2023, em razão de afastamento do servidor Rafael Assef Vieira, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6854/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Vagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento da servidora Jaqueline Berceli Barca Cursino, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6860/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 19.12.2023, em razão de afastamento da servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 6861/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos períodos de 11 a 13.12.2023 e de 8 a 19.1.2024, em razão de afastamento da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 6862/2023-PGJ, DE 11.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Patrick Arruda Santana, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 15ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 11 a 19.12.2023, em razão de afastamento do servidor Tsutomu Matsunaga, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2023.

7. Processos:**7.1. Pedido de Reabilitação - Sindicância nº 10.2020.0000004-0 – SIGILOSO**

Relator: Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes.

Revisora: Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o pedido de reabilitação do Membro do Ministério Público, nos termos do art. 216, da Lei Complementar nº 72/94, nos termos do voto do Relator e da Revisora.

7.2. Recurso - Procedimento Administrativo Disciplinar nº PGJ/10/1670/2017 – SIGILOSO

Relator: Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi.

Revisora: Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra.

Advogada: Noely Gonçalves Vieira - OAB/MS 4.922.

Julgamento adiado em razão das ausências justificadas do Relator e da Revisora, ficando determinada inclusão na próxima reunião ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça.

**7.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010091-7**

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Nomeação dos Promotores de Justiça Renzo Siufi e Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para exercerem, respectivamente, os cargos de Ouvidor e Ouvidor Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2023/2025, nos termos do art. 37-B, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a nomeação dos Promotores de Justiça Renzo Siufi e Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para exercerem, respectivamente, os cargos de Ouvidor e Ouvidora Substituta do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2023/2025, nos termos do art. 37-B, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

8. Processo da Comissão de Regimento e Normas:**8.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010187-1**

Assunto: Analisar pedido de alteração das atribuições da 33ª e 46ª Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande, que constam da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração das atribuições da 33ª e 46ª Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Campo Grande, que constam da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

Procedimentos incluídos em pauta:**8.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006055-9**

Assunto: Alteração da legislação orgânica para a viabilidade da edição de norma interna a fim de disciplinar a prorrogação da licença-maternidade, quando em decorrência das complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e, ou do recém-nascido.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o projeto de Lei.

8.3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00003949-2

Assunto: Pedido formulado pela Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público – ASSMP.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou, o pedido formulado pela Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público – ASSMP.

Campo Grande, 7 de dezembro de 2023.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 21ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INICIADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Julgamento de Processos:****1. Recurso em Reclamação nº 10.2023.00000131-8 – SIGILOSO**

Relator Conselheiro Antônio Siufi Neto

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do presente recurso, mantendo-se o arquivamento da Reclamação, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009000-2**

Requerente: Dr. Fábio Ianni Goldfinger - Promotor de Justiça

Assunto: Requerimento formulado pela Promotor de Justiça Dr. Fábio Ianni Goldfinger, titular da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande e atualmente designado ao cargo de Diretor da ESMP-MS, em que requer autorização, para sem prejuízo de funções, cursar a disciplina de "Licitação no Direito Administrativo Comparado", promovida pela Universidade de São Paulo - USP, às quintas-feiras, das 17h às 21h, com início em 10/08/2023 e término dia 22/11/2023.

Relator Conselheiro Antônio Siufi Neto

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, autorizou o Promotor de Justiça, Fábio Ianni Goldfinger, para sem prejuízo de suas funções, cursar a disciplina de "Licitação no Direito Administrativo Comparado", promovida pela Universidade de São Paulo - USP, às quintas-feiras, das 17h às 21h, com início em 10/08/2023 e término dia 22/11/2023, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.2. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2023:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000612-1 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Relator: Evaldo Borges Rodrigues da Costa

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que se viabilize a homologação judicial, nos termos do art. 17-B, §1º, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), e se instaure o respectivo Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas avençadas, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.3. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.3.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000016-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: JRA Propaganda e Marketing Ltda e Prefeitura de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente na celebração de termo aditivo de contrato entre a Prefeitura de Deodápolis e a empresa JRA Propaganda e Marketing Ltda, referente ao contrato objeto da Tomada de Preço nº 003/2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NA CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO ENTRE A PREFEITURA DE DEODÁPOLIS E A EMPRESA JRA PROPAGANDA E MARKETING LTDA. - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, observa-se que não há justa causa para o prosseguimento do feito, haja vista que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa na celebração e execução do Contrato Administrativo nº 60/2013, firmado entre a Prefeitura de Deodápolis e a empresa JRA Propaganda e Marketing Ltda. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000558-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Márcio Faustino de Queiroz

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de possíveis irregularidades no abastecimento de veículos públicos de Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PÚBLICOS DE BANDEIRANTES – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE



ADMINISTRATIVA – DOLO NÃO COMPROVADO – FATOS QUE TERIAM OCORRIDO EM 2016 – PRESCRIÇÃO QUINQUENAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto seria inviável eventual ajuizamento de ação civil pública, em virtude da prescrição quinquenal prevista no art. 23, II, da Lei n. 8.429/92, anterior às alterações promovidas pela Lei 14.230/21. 2. Por outro lado, não há elementos concretos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa pelos agentes públicos do Município de Bandeirantes. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002574-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Alberto Gazineu Júnior e Lilian Hiromi Furuta

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos pagamentos realizados aos secretários municipais Lilian Hiromi Furuta e Carlos Alberto Gazineu Júnior, ambos funcionários públicos estaduais, cedidos ao município com ônus para a origem, contudo, recebendo, em tese, pagamento dos dois entes

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NOS PAGAMENTOS REALIZADOS A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS CEDIDOS AO MUNICÍPIO, QUE TERIAM RECEBIDO PAGAMENTO DOS DOIS ENTES – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o Município de Camapuã adotou as providências necessárias para regularizar a situação, visando o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelos requeridos. 2. Por outro lado, não restou comprovado o elemento subjetivo doloso necessário para a caracterização de ato improbidade administrativa pelos agentes responsáveis. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001128-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Vieira

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 2,43 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem floresta-de-galeria, na Fazenda Pousada San José II, no município de Nova Andradina/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 44/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2019)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ANDRADINA - APURAR DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 2,43 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA POUSADA SAN JOSÉ II, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROPRIEDADE COM ÁREA INFERIOR A 04 (QUATRO) MÓDULOS FISCAIS – ISENÇÃO DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA LEGAL – IMÓVEL EM CONSONÂNCIA COM O ART. 67 DA LEI Nº 12.651/2012 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se a propriedade em questão possui área inferior a 04 (quatro) módulos fiscais e está em conformidade com as disposições do art. 67, da Lei n. 12.651/2012, sendo desnecessária a recomposição. Logo, está isenta em atender o percentual mínimo exigido pelo Código Florestal, fixado em 20% para Reserva Legal. 2. Além disso, restou comprovado nos autos a inexistência de dano ambiental que imponha a recomposição no imóvel rural, uma vez que a supressão vegetal noticiada não gerou expressiva repercussão socioeconômica, dispensando qualquer intervenção legal. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001201-9

49ª Promotoria de Justiça das Fundações da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul - FCPMS

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na Lei nº 12.527/11 e a efetiva implementação do programa de transparência por parte da Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS



DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 12.527/11 E A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA POR PARTE DA FUNDAÇÃO CARMEM PRUDENTE DE MATO GROSSO DO SUL (FCPMS) - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - EXPEDIÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES Nº 003/2021/49PJ/CGR E 0004/2021/49PJ/CGR – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas por meio da atuação resolutiva do órgão de execução, com a expedição das Recomendações nº 0003/2021/49PJ/CGR e nº 0003/2021/49PJ/CGR, integralmente acatadas pela Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul – FCPMS. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000641-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Davi Cavallari de Barros

Assunto: Apurar a supressão de 5,65 hectares em área remanescente de vegetação nativa e de Reserva Legal, no Sítio Aconchego, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 123/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE BONITO -APURAR O DESMATAMENTO DE 5,65 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NO SÍTIO ACONCHEGO, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - LAUDO TÉCNICO Nº 123/22/NUGEO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009282-2, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000787-5

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF) Olímpio Cavaleiro, em Campo Grande-MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SE A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (USF) OLÍMPIO CAVALHEIRO POSSUI ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REGULARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA UNIDADE - ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que as irregularidades que ensejaram a instauração do presente procedimento não mais subsistem, em razão da regularização da prestação dos serviços de saúde na Unidade de Saúde da Família Olímpio Cavaleiro. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001125-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Reomar Peres Ferreira

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no uso de maquinários públicos por particulares, moradores da zona rural do Município de Pedro Gomes/MS.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PEDRO GOMES - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO USO DE MAQUINÁRIOS PÚBLICOS POR PARTICULARES DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - EXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA O USO DE MAQUINÁRIOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que restou comprovada a regularidade da cessão do uso de maquinários públicos pelo Município de Pedro Gomes para particulares, tendo em vista a existência de previsão legal e cumprimento dos requisitos elencados na Lei Municipal nº 1.431/2022. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000016-4

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a regularidade na prestação dos serviços de saúde na USF Mário Covas - Dr. Wagner Jorge Bortotto Garcia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A REGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA USF MÁRIO COVAS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REGULARIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, DO ESTOQUE DE INSUMOS E MEDICAMENTOS ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que os fatos que ensejaram a instauração do presente procedimento não mais subsistem, em razão da regularização da prestação dos serviços de saúde e estabilização do acervo de insumos e medicamentos na USF Mário Covas. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000369-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Neli Clarindo de Souza

Assunto: Apurar o desmatamento de 19,00 ha, ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Novo Império, localizada no município de Coxim/MS e de propriedade do Sr. Neli Clarindo de Souza, conforme Parecer do Nugeo n. 778/17.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR O DESMATAMENTO DE 19 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA “FAZENDA NOVO IMPÉRIO”, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O DANO AMBIENTAL CAUSADO E A CONDUTA DO ANTIGO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A ATUAL PROPRIETÁRIA PARA A RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que restou comprovada a ausência de nexo causal que justifique a responsabilização do antigo proprietário pelos danos ambientais causados no imóvel. Por outro lado, as irregularidades apontadas no Parecer n. 778/147/Nugeo foram objeto de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a atual proprietária, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.3.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000263-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo as obras de drenagem urbana em andamento na região compreendida entre a Avenida Papa João Paulo II e as Ruas Andrew Robalinho da Silva, Batista Bezerra, Orlantina Lemos Maia e Otto Lemos Fleury, no município de Paranaíba/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARANAÍBA (MS) - MEIO



AMBIENTE – APURAR INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS – REALIZAÇÃO DE OBRA SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em epígrafe foi instaurado para apurar eventual irregularidade ambiental envolvendo as obras de drenagem urbana em andamento na região compreendida entre a Avenida Papa João Paulo II e as Ruas Andrew Robalinho da Silva, Batista Bezerra, Orlantina Lemos Maia e Otto Lemos Fleury, no município de Paranaíba (MS). Nessa senda, restou comprovado nos autos que inexistiu dano ambiental que imponha sua recomposição, uma vez que as irregularidades constadas na origem foram integralmente solucionadas no decorrer do Procedimento Preparatório, eis que o Relatório de Vistoria da Polícia Militar concluiu que os projetos foram analisados e após todos os tramites, foi emitida a Licença de Instalação e Operação (RETIFICADORA) LIO n.º011/2023. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento e considerando as medidas adotadas pela torna-se de rigor a homologação da promoção de arquivamento, conforme Enunciado n.º 10, do Conselho Superior do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000825-1

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a existência de deliberação sobre o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como a existência de conta específica para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 31a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE (MS) – GESTÃO AMBIENTAL – APURAR A EXISTÊNCIA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PELO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (CMMA) – INQUIRIR SOBRE A EXISTÊNCIA DE CONTA ESPECÍFICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (FMMA) - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – INGRESSO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUANTO AO PRIMEIRO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO – ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA, NO DECORRER DO PROCESSO, RELATIVA AO SEGUNDO OBJETO DA DEMANDA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO PARCIAL. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar dois objetos distintos, porém, relacionados: (i) A existência de deliberação sobre o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), bem como (ii) a existência de conta específica para o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). Nessa senda, aplica-se ao presente Inquérito Civil o Enunciado n.º 17, de 23 de novembro de 2017 do CSMP, na medida em que houve a judicialização da causa no que se refere ao primeiro objeto (autos de nº 0918977-02.2023.8.12.0001). A orientação para que fosse aberta conta específica para o FMMA, fora devidamente atendida conforme os documentos de fls. 434/436. Outrossim, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, a recomendação do não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, qualquer à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como improba nos termos da Lei n. 8.429/1921. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito remanescente, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação parcial da promoção de arquivamento.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001311-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar a ausência de normas legais para a organização dos serviços funerários, conforme determina o art. 15, XXXIII, alínea "b" da Lei Orgânica do Município de Coxim".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1a PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM (MS) – GESTÃO ADMINISTRATIVA - ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA – EXISTÊNCIA DE NORMA MUNICIPAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS – ELABORAÇÃO DE TAC EM IC RELACIONADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO



PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar a ausência de normas legais para a organização dos serviços funerários, conforme determina o art. 15, XXXIII, alínea "b" da Lei Orgânica do Município de Coxim. A Promoção de Arquivamento merece ser acolhida, uma vez que, findas as diligências úteis à instrução no âmbito deste inquisitorial, tem-se que a Lei Municipal de Coxim nº 1.156 de 18/12/2003, dispõe sobre serviços funerários e de cemitérios, públicos e particulares, no município de Coxim e dá outras providências. Celebrado ainda, Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Coxim (MS) no Inquérito Civil n. 06.2018.00001797-2, o qual inclui cláusulas regulamentadoras sobre a realização dos serviços de conservação e manutenção dos cemitérios municipais, razão pela qual falta justa causa para o prosseguimento das investigações. Destarte, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001492-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia apresentada por Eunice Dehn de assoreamento do córrego São Bento, ocalizado na zona urbana deste município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE (MS) – MEIO AMBIENTE – CÓRREGO SÃO BENTO – APURAR INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS - ASSOREAMENTO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ASSOREAMENTO NÃO CONSTATADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a notícia de assoreamento do córrego São Bento, localizado na área urbana do Município de Nioaque MS. Da análise minuciosa dos autos, observa-se que o DAEX encaminhou o PAD nº 432/DAEX/MA/2015, contendo relatório de vistoria técnica (fls. 165/198), o qual apontou que "apesar de existirem residências muito próximas à faixa de AAP, principalmente as situadas na Av. Marechal Deodoro, estas não se encontram na faixa de APP do Córrego São Bento. Outrossim, não foram localizadas indícios de lançamento de esgoto naquele córrego (fls. 189/224)." Na mesma senda, a Polícia Militar Ambiental encaminhou relatório de vistoria acerca das condições do Córrego São Bento (fls. 322/334), informando da ausência de evidências no que concerne a eventual assoreamento no local (fl. 333). Desta feita, constatando ausência de irregularidades apontadas inicialmente, e, em contrapartida, ventilados outros apontamentos a serem tutelados pelo Órgão ministerial, aplica-se no caso dos autos a fundamentação da Resolução nº 23/2007 do CNMP, em seu Capítulo II, Art. 4º, Parágrafo único, o qual estabelece que, se no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público poderá determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições. Razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003550-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em razão da supressão de 326 (trezentos e vinte e seis) lascas de essência aroeira, totalizando 5,62m³, na Fazenda Remanso Alegre, e de 19 (dezenove) palanques da essência aroeira, consistindo em 4,25m³, na Chácara Araras, ambas as propriedades rurais localizadas neste Município de Rio Brilhante/MS, sem a necessária autorização do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE (MS) – MEIO AMBIENTE – MATERIAL LENHOSO – POSSE IRREGULAR - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – CRIME NÃO COMPROVADO – PRESCRIÇÃO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar eventuais danos ambientais causados em razão da supressão de 326 (trezentos e vinte e seis) lascas de essência aroeira, totalizando 5,62m³, na Fazenda Remanso Alegre, e de 19 (dezenove) palanques da essência aroeira, consistindo em 4,25m³, na Chácara Araras, ambas as propriedades rurais localizadas neste Município de Rio Brilhante/MS, sem a necessária autorização do órgão competente. A Promoção de Arquivamento merece ser acolhida, uma vez que, findas as diligências



úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, a autoria e materialidade do cometimento de crime ambiental, tendo em vista que os elementos constantes do Inquérito Civil não davam conta com suficiência do local do dano, ou seja, de onde haveria sido extraído aquele material lenhoso. Ademais, os fatos apurados no âmbito desta investigação inquisitorial se encontram prescritos, razão pela qual falta justa causa para o prosseguimento das investigações. No mesmo sentido, cumpre assentar que, fora promovida Ação penal n.º 0001713-13.2018.8.12.0020, pela suposta prática da infração penal prevista no artigo 155, §4º, inciso IV, do Código Penal, pelos fatos aqui correlacionados, ocasião em que o Juízo de primeiro grau decidiu pela extinção da punibilidade em relação ao denunciado Ronivaldo Barros Nantes, com fundamento no art. 107, IV c/c art. 109, inciso V, do Código Penal, tendo sido absolvido o réu Ederson da Silva Romano. Destarte, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000657-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque/MS

Assunto: Apurar eventual violação aos princípios administrativos em processo de seleção de professores temporários da rede municipal de ensino do Município de Nioaque/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NIOAQUE (MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - DILIGÊNCIAS - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar eventual violação aos princípios administrativos em processo de seleção de professores temporários da rede municipal de ensino do Município de Nioaque/MS. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, qualquer irregularidades nos processos licitatórios objetos da presente à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento e considerando as medidas adotadas pela Administração local para a melhoria da atividade, em atenção ao art. 26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000873-7

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Três Lagoas

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual demora excessiva e lotação da fila de espera para consultas, exames e cirurgias da especialidade Otorrinologia, na macrorregião de saúde de Três Lagoas-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS (MS) – SAÚDE PÚBLICA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS – DEMORA EXCESSIVA PARA EXAMES E CIRURGIAS – ESPECIALIDADE DE OTORRINOLARINGOLOGIA – ADOÇÃO DE MEDIDAS SUFICIENTES A CORRIGIR AS IRREGULARIDADES APONTADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o propósito de apurar eventual demora excessiva e lotação de fila de espera para consultas, exames e cirurgias eletivas da especialidade Otorrinolaringologia na macrorregião de saúde de Três Lagoas (MS). Realizadas as diligências instrutórias, observou-se que foram adotadas medidas suficientes para assegurar o atendimento das necessidades básicas da população da região, de modo que a lista de espera para consultas e cirurgias na especialidade de otorrinolaringologista se encontra dentro da normalidade. Isso porque, o Município de Três Lagoas firmou contrato adicional com o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora para realização de procedimentos cirúrgicos correspondentes à amigdalectomia, adenoamigdalectomia, mastoidectomia, timpanoplastia, septoplastia e sinusectomia (fls. 259, 266, 268 e 282/301), bem como, com a adesão ao



Programa Opera MS foram realizadas, entre fevereiro a novembro de 2022, 189 cirurgias de otorrinolaringologia, sendo 61 de amigdalectomia, 47 de amigdalectomia com adenoidectomia e 61 de septoplastia. Outrossim, o Governo Estadual ainda implantou o Plano Estadual de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, estabelecendo o Projeto MS Saúde Mais Saúde, Menos Fila na rede pública de saúde, conforme Resoluções n. 42/CIB/MS, de 04 de maio de 2023, e n. 28/SES/MS, de 08 de maio de 2023 (fls. 288). Por fim, diante desse cenário, a Ouvidoria Geral do Município de Três Lagoas informou que não há registro de reclamações quanto ao objeto deste Inquérito Civil (fls. 390 e 401/404). Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, nos termos do artigo 26 da Resolução nº 15, de 27 de novembro de 2007, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000274-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da cedência de servidor do Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS para o Instituto de Previdência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA EM PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEIO AMBIENTE, CONSUMIDOR, HABITAÇÃO E URBANISMO DE RIO BRILHANTE(MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NEPOTISMO – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, instaurado 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Patrimônio Público, Meio Ambiente, Consumidor, Habitação e Urbanismo de Rio Brilhante (MS) com o objetivo de apurar a regularidade da cedência de servidor do Executivo Municipal de Rio Brilhante/MS para o Instituto de Previdência local. Todavia, dado o consequente cumprimento espontâneo do dever legal pela municipalidade ao proceder com a efetiva revogação do ato administrativo de cedência do servidor municipal investigado para a lotação no cargo de assistente de administração, o qual ocupava anteriormente, fora restaurado o status quo ante. Nesse sentido, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, que os investigados, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Desta feita, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000541-1

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul e Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para sanar as irregularidades constantes nos Relatórios de Vistoria nº 58/2022 e nº 155/2022-CRM/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – SAÚDE PÚBLICA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS – RELATÓRIO DE VISTORIA DO SINDICATO DOS MÉDICOS DE MATO GROSSO DO SUL – FALTA DE MEDICAMENTOS – DEFASAGEM NO NÚMERO DE MÉDICOS - ADOÇÃO DE MEDIDAS SUFICIENTES A CORRIGIR AS IRREGULARIDADES APONTADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil originário da convertida da Notícia de Fato nº 01.2022.00002525-1, instaurada a partir do recebimento do Ofício DEFIS nº 345/2022, oriundo do Conselho Regional de Medicina - CRM/MS, com o intuito de encaminhar o Relatórios de Vistorias de nº 58/2022 e nº 155/2022-CRM/MS, realizadas no CTI Adulto e Pediátrico do Hospital Regional (fls. 6/70). Realizadas as diligências instrutórias, observou-se que foram adotadas pela direção hospitalar medidas suficientes à correção dos problemas observados pelo Sindicato de Medicina/MS. Os documentos anexados comprovam que o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul contratou novos médicos pediatras, bem como adotou medidas para regularizar o estoque dos medicamentos em falta (fls. 1067/1076), sendo certo que está em andamento o processo que objetiva a realização de concurso público para contratação e lotação de servidores no



Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, nos termos do artigo 26 da Resolução nº 15, de 27 de novembro de 2007, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000368-6

2ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a legalidade dos atos de nomeação e convocação de candidatos aprovados para o cargo de Assistente Social no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, pela Prefeitura Municipal de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ (MS) – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO RENOVADOS DE FORMA IRREGULAR - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, instaurado para apurar a legalidade dos atos de nomeação e convocação de candidatos aprovados para o cargo de Assistente Social no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, pela Prefeitura Municipal de Naviraí (MS). Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, constatou-se a ausência de desídia por parte dos gestores públicos municipais, que na medida do possível encontraram soluções para o enfrentamento do problema. Isso porque, apesar de constatada irregularidade, houve o acatamento da Recomendação expedida no presente, diante da abertura de processo licitatório para contratação da empresa que realizará o concurso público para que os cargos investigados fossem devidamente ocupados. De outro norte, saneada a ilegalidade aventada, não remanesceu sobressalente vontade consciente e dirigida, de qualquer dos envolvidos, à vulneração da norma ou dos predicados éticos que norteiam a Administração Pública, de modo a subsumir a prática denunciada. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00000909-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho por servidor municipal lotado na Secretaria de Obras de Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COXIM (MS) – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar possível irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho por servidor municipal lotado na Secretaria de Obras de Coxim-MS, para, em sendo o caso, ajuizar ação pertinente. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, quaisquer irregularidades à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento e considerando as medidas adotadas pela Administração local para a melhoria da atividade, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

**12. Inquérito Civil nº 06.2023.00000636-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Larissa Leiko Yamashita e Ligia Keiko Yamashita Sartor

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,44 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus, na Fazenda Paraíso das Águas, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 264/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO (MS) – MEIO AMBIENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL – APURAR A SUPRESSÃO DE 14,44 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREA DE USO RESTRITO PARA DECLIVIDADE DE 25 A 45 GRAUS – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE – ILEGALIDADE CONFIRMADA - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIALMENTE HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 14,44 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus, na Fazenda Paraíso das Águas, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, realizada sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 264/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010478-0 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas. 4. Destarte, ao que se refere à responsabilidade penal, foi assinado acordo de não persecução penal, protocolado na Vara Única de Rio Verde do Mato Grosso, sob o nº 0900073-05.2023.8.12.0042. Em tal situação, o Enunciado nº 17 do Conselho Superior do Ministério Público, evidencia que não se conhece da promoção de arquivamento quando o Inquérito Civil instruir a ação judicial, de modo que o julgamento acerca do procedimento investigatório será de competência do Poder Judiciário. 5. Todavia, fica ressalvada a possibilidade de arquivamento parcial diante da existência de TAC anterior ao protocolo da demanda homologatório do ANPP, determinada a baixa do presente procedimento à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem, onde deverá promover como diligência o desmembramento do ANPP, com posterior remessa do novo procedimento ao Conselho Superior do Ministério Público, apenas para fins de registro.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.3.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001542-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ariane Correa Ferreira

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente na apresentação de diploma aparentemente falso ao Município de Rio Brilhante/MS por ocasião da comprovação de requisitos para posse em cargo público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO BRILHANTE/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA APARENTEMENTE FALSO POR OCASIÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS PARA POSSE EM CARGO PÚBLICO - DILIGÊNCIAS EMPREENNIDAS - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - APURAÇÃO NA ESFERA CRIMINAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. De início, cumpre esclarecer que inexistente comprovação de dano ao erário, pois conforme documentos acostados nos autos, houve o devido exercício da função pela Requerida, a qual inclusive foi exonerada em 18.02.2020, através do Decreto n. 28.121. Ademais, oportuno frisar que, contra a Requerida foi instaurado Inquérito Policial n. 388/2019, com o escopo de apurar a suposta prática de crime, corroborando na propositura da Ação Penal n. 0003198-14.2019.8.12.0020, qual se encontra em trâmite. Por certo, a partir da alteração promovida pela Lei nº 14.230/2021, a violação genérica aos princípios administrativos não configura mais ato ímprobo, e sim a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade praticada por meio de uma das condutas expostas nos incisos do art. 11 da LIA, os quais passaram a ostentar caráter taxativo. Logo, considerando que o exercício do seu cargo em comissão de Chefe de Núcleo



na Secretaria Municipal de Educação foi efetivamente prestado à instituição, bem como os fatos estão sendo apurados na esfera criminal, a promoção de arquivamento merece ser homologada. Impende frisar que a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo, o posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). Promoção de arquivamento – homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000859-6

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na assistência aos pacientes na UPA Coronel Antonino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES NA UPA CORONEL ANTONINO - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - IRREGULARIDADES SANADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO FEITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Após diversas tratativas com a Secretaria Municipal de Saúde, denota-se que o Relatório n. 70/2023 (fls. 245/248), realizado após vistoria na Unidade em 30 de agosto de 2023, apontou que a UPA "Coronel Antonino" se encontra regular, com oferta de atendimento médico adulto e pediátrico de forma contínua, conforme tipologia. Ademais, tem-se que referida UPA possui escala médica mensal, diariamente, com 6 (seis) clínicos e 6 (seis) pediatras, por período (M/T/N), sendo que o número de médicos, somados clínicos e pediatras, atende ao mínimo estabelecido, de acordo com o porte/opção da unidade. Outrossim, no que se refere ao tempo médio de espera dos pacientes para atendimento médico, conforme classificação de risco, as Unidades ou a CURG não possuem um controle ou dados referentes ao tempo decorrido entre a classificação de risco e o atendimento médico, oportunidade em que restou consignado não ser possível determinar o tempo médico de espera, tendo em vista que cada profissional tem uma demanda de atendimento diferente. Insta frisar, ainda, que os pacientes se encontram assistidos na UPA Coronel Antonino quanto ao fornecimento de alimentação. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000522-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco José Ferreira Jacintho

Assunto: Apurar a ausência de 183,49 hectares para a composição de Reserva Legal e o déficit de 672,91 hectares em Área de Reserva legal na Fazenda "Touro Branco", localizada na cidade de Naviraí, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Parecer nº 038/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios - Projeto Córrego Curupai).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS - APURAÇÃO DA AUSÊNCIA DE 183,49 HECTARES PARA COMPOSIÇÃO DE RESERVA LEGAL E DÉFICIT EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NA "FAZENDA TOURO BRANCO" - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - REGULARIDADE DA SITUAÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO FEITO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que o PRADA elaborado e executado, culminou na recuperação de boa parte da área de déficit apontada dentro da área destinada a Reserva Legal, sobrando apenas 1,17 hectares sem vegetação nativa, que se reconstituirá de forma natural. Os 184,49 hectares, foram compensados de forma extra propriedade, com aquisição de uma área com 225 hectares, ou seja, dimensões suficientes para a resolução da problemática investigada de dano ambiental no presente inquérito. Promoção de arquivamento -homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000519-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba



Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade envolvendo a execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, pelo CREAS de Paranaíba/MS, em razão de informações colhidas por ocasião de visita de inspeção realizada no órgão em 10/05/2023, por sua natureza de entidade executora de MSEMA LA e PSC, conforme relatório acostado no bojo dos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001837-9.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARANAÍBA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE ENVOLVENDO A EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, PELO CREAS DE PARANAÍBA/MS - DILIGÊNCIAS EMPREENHIDAS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL INTEGRALMENTE ACATADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Impõe-se o arquivamento do Procedimento Preparatório quando as diligências indicadas pelo Parquet restaram cumpridas e se mostraram satisfatórias em face do objeto investigado no feito, havendo o atendimento integral da Recomendação Ministerial. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.*

2.3.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001319-1 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca e Água Clara

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, convertendo o julgamento em diligência e determinando o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.*

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000699-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Monica Barros Reis

Assunto: Operação Cervo-do-Pantanal - Parecer 892/17/Nugeo. Apurar a supressão vegetal de 41,68 ha sem a devida autorização do órgão ambiental competente, ocorrido na propriedade rural identificada por Fazenda Mangabal, de propriedade de Mônica Barros Reis e outro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE AQUIDAUANA – APURAR A SUPRESSÃO VEGETAL DE 41,68 HECTARES SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, OCORRIDO NA PROPRIEDADE RURAL IDENTIFICADA POR FAZENDA MANGABAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento em área remanescente de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.*

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000753-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Andréia Maria Caneppele Zamuner

Assunto: Apurar a supressão de 11,49 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Paraíso, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 74/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CAARAPÓ – APURAR A SUPRESSÃO DE 11,49 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA PARAÍSO, EM JUTI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento em área de Mata Atlântica que não constituía APP ou RL. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de compensar os danos ambientais causados mediante acréscimo de área de Reserva Legal. Procedimento administrativo de



caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000347-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Neiva Dal Pasqual, Aurélio Rolim Rocha, Nilton Fernando Rocha Filho

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 256,62 hectares de vegetação nativa, sem autorização de órgão competente, em área de aplicação da Lei Federal n. 11.428/2006, fato ocorrido na Fazenda Baía das Conchas, localizada neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PORTO MURTINHO – APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO DE 256,62 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO COMPETENTE, EM ÁREA DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 11.428/2006, FATO OCORRIDO NA FAZENDA BAÍA DAS CONCHAS – ENUNCIADO Nº 18/2018-CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Existência de Inquérito Civil anterior com as mesmas partes e objeto. Aplicação do Enunciado nº 18/2018- CSMP. Continuidade das investigações no procedimento mais antigo. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000455-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valmir Alves Souza

Assunto: Apurar atividade de desdobramento madeireiro, com possível degradação ambiental a partir da suspeita da violação de condicionante administrativa constante do Informativo de Atividade, especificamente a exigência de regularidade da madeira a ser desdobrada, conforme Auto de Infração Imasul nº 012293/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE PARANAÍBA – APURAR ATIVIDADE DE DESDOBRAMENTO MADEIREIRO, COM POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA SUSPEITA DA VIOLAÇÃO DE CONDICIONANTE ADMINISTRATIVA CONSTANTE DO INFORMATIVO DE ATIVIDADE, ESPECIFICAMENTE A EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE DA MADEIRA A SER DESDOBRADA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Atividade de desdobramento de madeira. Diligência que constatou que a madeira que estava sendo beneficiada não continha documentação de procedência. Descumprimento de condicionante. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de requisitar licenciamento junto ao órgão ambiental. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2.3.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001088-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e EBL Empresa Brasileira de Loteamentos LTDA.

Assunto: Apurar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo loteamento Jardim Primavera, localizado no município de Ponta Porã/MS, IC 32/2015/01ªPJPP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO LOTEAMENTO JARDIM PRIMAVERA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS, IC 32/2015/01ªPJPP - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu



acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de nº 09.2023.00007894-2, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000435-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Câmara Municipal de Sonora/MS

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 6.554/2017, firmado pelo Município de Sonora/MS junto à FUNASA, bem como na execução do contrato nº 136/2017, celebrado entre o município e a empresa Conserv Construção e Serviços LTDA, que versam sobre a coleta de resíduos sólidos no município, bem como apurar eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONVÊNIO Nº 6.554/2017, FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE SONORA/MS JUNTO À FUNASA, BEM COMO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 136/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SONORA E A EMPRESA CONSERV CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, QUE VERSAM SOBRE A COLETA RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO, BEM COMO APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DAÍ DECORRENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito, em razão do interesse do investigado em resolver a situação diligenciada pelo Órgão de Execução, não restando assim, a necessidade de continuação das apurações por encontrar-se esgotado o objeto. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. 4. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000369-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual falta de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda Salto e Santa Rosa, Gleba 9, matrícula n. 259.504, situada em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL FALTA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) DA FAZENDA SALTO E SANTA ROSA, GLEBA 9, MATRÍCULA N. 259.504, SITUADA EM CAMPO GRANDE/MS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O objeto que ensejou a instauração do Inquérito Civil em tela se refere a possível ausência de inscrição da propriedade rural no Cadastro Ambiental Rural, em descumprimento ao Artigo 29, §3º do Código Florestal. No entanto, conforme consta no Parecer de n. 386/23/NUGEO, depreende-se que a matrícula do imóvel rural analisado é abrangida por propriedade inscrita no Cadastramento Ambiental Rural, não subsistindo quaisquer irregularidades neste sentido. 2. Desta forma, verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o ilustre representante deste Parquet incumbido, optou por promover o arquivamento do procedimento em análise em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das investigações. 3. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

**2.3.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001320-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Aleson Alípio Cândido

Assunto: Apurar a supressão de 4,92 ha de vegetação nativa na Fazenda Santa Rosa, de propriedade de Aleson Alípio Cândido, sem autorização dos órgãos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001325-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Cleiton Luiz Maran e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,18 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal nº 11.428/06, na Fazenda São Luiz, em Amambai, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico nº 240/21/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AMAMBAI - DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO EM ÁREA CARACTERÍSTICA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL PARA AVERIGUAR POSSÍVEL CRIME AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Ademais, houve a abertura de Inquérito Policial visando verificar a ocorrência de possível crime ambiental descrito no artigo 38-A, da Lei nº 9.605/98. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.3.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003440-5**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Brilhante e Esporte Clube Águia Negra

Assunto: Apurar a legalidade dos repasses de verba pública do Município de Rio Brilhante/MS ao time de futebol profissional Esporte Clube Águia Negra e se houve o atendimento da finalidade pública na utilização do numerário repassado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO BRILHANTE – APURAR A LEGALIDADE DOS REPASSES DE VERBA PÚBLICA DO MUNICÍPIO AO TIME DE FUTEBOL ESPORTE CLUBE ÁGUIA NEGRA – DESVIO NÃO CONSTATADO – INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO – ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – REPASSES ENCERRADOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve demonstração de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa, tampouco foi identificado ato ilícito causador



de efetivo dano ao erário. Apesar de o repasse ter sido maior em período eleitoral, não houve demonstração de desvios, tampouco suspeitas nas transações. Atualmente, não há repasses da administração municipal, permanecendo vigente apenas o contrato de comodato gratuito para uso do estádio. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000758-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Nelvo Zeviani

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais descritas no Auto de Infração n. 04060, ocorridas na Fazenda Conquista do Prata, de propriedade de Júlio Nelvo Zeviani, localizada no Município de Jardim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE JARDIM – MEIO AMBIENTE – APURAR AS IRREGULARIDADES AMBIENTAIS DESCRITAS NO AUTO DE INFRAÇÃO N. 04060 NA FAZENDA CONQUISTA DA PRATA – DESMATAMENTO EM APP – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000067-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Nunes de Assunção

Assunto: Apurar a abertura de uma estrada na Fazenda Monte Cristo, sem licença dos órgãos ambientais, conforme auto de infração n. 4777 da PMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – MEIO AMBIENTE – APURAR A ABERTURA DE ESTRADA NA FAZENDA MONTE CRISTO SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – ANOMALIA CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000852-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Pedro Tonial e Nilton Néia Nogueira

Assunto: Apurar a supressão de 7,65 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Cabeceira Comprida, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 288/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PEDRO GOMES – MEIO AMBIENTE – APURAR A SUPRESSÃO DE 7,65 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA CABECEIRA COMPRIDA – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o



cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000004-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Eliane Haddad

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de operar mini usina hidrelétrica sem a Licença Ambiental de Operação expedida por autoridade competente ocorrido na Fazenda Embay, nesta urbe.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE OPERAR MINIUSINA HIDRELÉTRICA SEM LICENÇA AMBIENTAL NA FAZENDA EMBAY – IRREGULARIDADE CONSTATADA E SANADA – LICENÇA DE OPERAÇÃO EXPEDIDA PELA AUTORIDADE COMPETENTE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto a parte investigada apresentou a Licença de Operação nº 093/2023, expedida pela autoridade ambiental competente, que autorizou o exercício das atividades de barragem e operação de miniusina hidrelétrica no interior da Fazenda Embay. Sendo assim, após atuação do órgão de execução, houve regularização da situação ambiental, inexistindo justa causa para manutenção das investigações, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000777-8

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande Hospital Santa Casa de Campo Grande (ABCG)

Assunto: Apurar irregularidades na oferta de cirurgias eletivas da especialidade de Cirurgia Geral pelo Hospital Santa Casa de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – SAÚDE PÚBLICA – APURAR IRREGULARIDADES NA OFERTA DE CIRURGIAS ELETIVAS DA ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL PELO HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE – DEMANDA REPRIMIDA – MELHORIAS IMPLEMENTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROJETO SAÚDE “MS MENOS FILAS” – POLÍTICA PÚBLICA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto a investigação demonstrou que a administração pública está adotando as diligências necessárias para regularização da demanda reprimida em cirurgias eletivas na especialidade de Cirurgia Geral. Institui-se no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul o Plano de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, por meio do “Projeto Saúde MS Menos Filas”. A Promotoria de Justiça instaurou o Procedimento

Administrativo n. 09.2023.00005335-1 para acompanhar o andamento da referida política pública. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.3.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000026-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Moyses Henrique, Manoel Henrique Neto-MEI (Lava Rápido Marazul e Mecânica), Sebastião Francisco Pinheiro Saldanha-MEI (Chicão Artesanatos)

Assunto: Apurar a regularização ambiental das atividades de ferro velho, oficina mecânica, lava rápido e artigos de decoração, desenvolvidos em imóveis contíguos localizados no Bairro BNH IV Plano, em Dourados/MS.

Advogado: Eduardo de Matos Pereira – AOB/MS nº 17.446.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE FERRO VELHO, OFICINA MECÂNICA, LAVA RÁPIDO E ARTIGOS DE DECORAÇÃO, DESENVOLVIDOS EM



IMÓVEIS CONTÍGUOS LOCALIZADOS NO BAIRRO BNH IV PLANO, EM DOURADOS/MS – AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades quanto à oficina mecânica/ferro velho, foram sanadas mediante celebração de TAC com o compromissário Moyses Henrique, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 701/712; 2. Assim, foi instaurado o PA nº 09.2023.00009228-8 para o acompanhamento e fiscalização do ajustamento celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto; 3. Ademais, quanto ao "lava rápido" localizado nas Ruas Frei Antônio, n. 884 e Gonçalo Nunes Siqueira, 850, denota-se que tramita Ação Civil Pública desde o ano de 2011 (autos nº 0802468-05.2011.8.12.0002), em face dos requeridos Moyses Henrique e Henrique Cauê da Silva, visando a adoção de providências quanto à irregularidade ambiental da atividade; 4. Por fim, quanto a fabricação de artefatos com madeira, foi desmembrada da presente investigação e registrada sob os autos da Notícia de Fato nº 01.2023.00007281-5, visando a verificar a regularidade da atividade; 5. Pontua-se que a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000283-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Clodoaldo Pedroso, Tania Cleide Kuhn Pedroso

Assunto: Apurar dano ambiental em área de preservação permanente, no imóvel rural denominado "Sítio Itajú - Gleba B", de propriedade dos requeridos, em Aquidauana/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NO IMÓVEL RURAL DENOMINADO "SÍTIO ITAJÚ - GLEBA B", EM AQUIDAUANA/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 230/234; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00009789-4 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001274-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar possível ilegalidade na nomeação para o exercício de cargos comissionados na Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL ILEGALIDADE NA NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS COMISSIONADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ARTIGO 4º, PARÁGRAFO ÚNICO E ARTIGO 33, § 12, AMBOS DA RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ, VIGENTES À ÉPOCA DO AJUSTAMENTO, TORNANDO O ATO PERFEITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, na data de 17 de julho de 2023, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 188/192; 2. Consigna-se que o termo de Ajustamento de Conduta – efetivado à exegese do artigo 4º, parágrafo único e artigo 33, § 12, ambos da resolução n. 15/2007-PGJ, vigentes à época do ajustamento – foi realizado anteriormente à publicação da novel Resolução 035/2023-PGJ, de 25.08.2023, tornando o ato perfeito; 3. Registra-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00008025-9 (fl. 197), para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades



inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001391-4

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Eldorado

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Eldorado na instituição do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, com a consequente criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON e do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE ELDORADO NA INSTITUIÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, COM A CONSEQUENTE CRIAÇÃO DO PROCON, CONDECON E DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (FMDC) – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – ESGOTAMENTO DO OBJETO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que o Feito atingiu seu intento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento de ação civil pública; 2. Conforme se extrai dos autos, o município de Eldorado viabilizou a implementação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, criando a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a Administração adotou as providências necessárias ao esgotamento do objeto da investigação; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000341-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Virgílio Mettifogo

Assunto: Apurar a regularidade ambiental na Fazenda Beira Rio, de propriedade de Virgílio Mettifogo, localizada em Jardim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL NA FAZENDA BEIRA RIO, LOCALIZADA EM JARDIM/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 136/141; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00009349-8 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000656-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Daniel Dyógenes Alves de Souza



Assunto: Apurar o noticiado desmatamento em APP no Lote 40, localizado no Assentamento Colônia Conceição, em Nioaque/MS, de propriedade de Daniel Dyógenes Alves de Souza (Auto de Infração IMASUL nº 4800).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO EM APP, NO LOTE 40, LOCALIZADO NO ASSENTAMENTO COLÔNIA CONCEIÇÃO, EM NIOAQUE/MS, DE PROPRIEDADE DE DANIEL DYÓGENES ALVES DE SOUZA (AUTO DE INFRAÇÃO IMASUL N. 4800) – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 111/118; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00009402-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000628-7

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Câmara Municipal de Campo Grande

Requerida: Secretaria de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF) – Dr. Nelson Tokuei Simabukuro, localizada no Bairro Aero Rancho IV, em Campo Grande, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SE A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DR. NELSON TOKUEI SIMABUKURO, LOCALIZADA NO BAIRRO AERO RANCHO IV, EM CAMPO GRANDE, POSSUI ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA, RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E INSUMOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou ajuizamento de ação; 2. Compulsando os autos, verifica-se que por intermédio da atuação da Promotoria de Justiça de piso, foram adotadas as providências necessárias pelo poder público, visando a melhoria na infraestrutura e nos serviços prestados na unidade de saúde; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a municipalidade adotou as medidas visando à resolução da demanda; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000040-9

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul – FFMS

Assunto: Averiguar as condições do Estádio Municipal Laerte Paes Coelho (Laertão), para o Campeonato Estadual de Futebol promovido pela FFMS - edição 2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS CONDIÇÕES DO ESTÁDIO MUNICIPAL LAERTE PAES COELHO (LAERTÃO), PARA O CAMPEONATO ESTADUAL DE FUTEBOL PROMOVIDO PELA FFMS, EDIÇÃO 2023 – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, conclui-se não haver justa causa para prosseguimento da persecução, tendo em vista a apresentação da documentação necessária à realização do evento esportivo e à garantia da segurança dos presentes; 2. Ademais, conforme documentos colacionados aos autos, o campeonato de futebol em questão já foi encerrado, esgotando-se a finalidade do Feito; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

**9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000098-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a supressão de 6,86 hectares em área de remanescente, na fazenda Patagonia - Lote 46, em Terenos/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 4490/2022/IMASUL.

Retirado de pauta a pedido da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000359-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ana Luzia de A. B. M. Abrão

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ambiental em Área de Preservação Permanente, dentro da RPPN Ernesto Vargas Baptista, no município de Eldorado/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DENTRO DA RPPN ERNESTO VARGAS BAPTISTA, NO MUNICÍPIO DE ELDORADO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Conforme se extrai dos autos, houve o fechamento dos acessos da via interna da RPPN Ernesto Vargas Baptista, o que viabilizará a recomposição dos danos ambientais e preservação do local; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a área em questão foi devidamente isolada e, inobstante não ter sido possível identificar a autoria dos danos anteriormente causados, as medidas adotadas impedirão eventuais novas degradações; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000105-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de nepotismo na Câmara Municipal de Jardim/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO NA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constataram irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública; 2. Não se verificou parentesco com a autoridade nomeante ou superior hierárquico, capaz de configurar hipótese de nepotismo; 3. Do mesmo modo, não restou configurado favorecimento em relação à servidora, que havia sido instituída no cargo na gestão anterior à do atual Presidente da Casa de Leis, razão pela qual não há justificativa para que o procedimento ora em discussão permaneça em andamento; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000453-7

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Rafael Freiner

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento de geração de energia solar (usina solar), localizado na Chácara dos Poderes, n. 5, quadra 41, com área de 5 mil metros quadrados, de responsabilidade da empresa HT Engenharia Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO



EMPREENHIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR (USINA SOLAR), LOCALIZADO NA CHÁCARA DOS PODERES, N. 5, QUADRA 41, COM ÁREA DE 5 MIL METROS QUADRADOS, DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA HT ENGENHARIA LTDA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Observa-se que o objeto do Feito esgotou-se, não havendo justa causa para o prosseguimento da investigação; 2. Isso porque, conforme comprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR, foi proferida decisão definitiva indeferindo o pedido de licenciamento do empreendimento, tendo o processo respectivo sido arquivado. Logo, demonstrado que a usina solar não entrará em funcionamento, evidencia-se a perda do objeto do Feito; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Avellaneda Furuya.

2.3.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001177-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Donato Lopes da Silva, Márcio Belone e Aline Pires Domingues

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública consistente na dispensa ilegal de licitação para aquisição de medicamentos com possível simulação de emergência para justificar formalização tardia de contrato.

Advogado: Luciano Pereira – OAB/MS nº 9.561.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSISTENTE NA DISPENSA ILEGAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COM POSSÍVEL SIMULAÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA JUSTIFICAR FORMALIZAÇÃO TARDIA DE CONTRATO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. 2. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002324-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa Sigma pelo Município de Vicentina/MS, através dos pregões presenciais nº 09/2017 e nº 19/2017, para prestação de serviços de consultoria e assessoria.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SIGMA PELO MUNICÍPIO DE VICENTINA/MS, ATRAVÉS DOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 09/2017 E Nº 19/2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. 2. Além disso, verifica-se que a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003450-0 para o acompanhamento do levantamento dos cargos efetivos vagos no Município de Vicentina, visando a realização de concurso público para o preenchimento destes cargos. 3. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000613-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades no Loteamento Recanto da Serra, em Bodoquena/MS.

Advogado: Rojas & Siqueira Sociedade de Advogados – OAB/SP nº 010187.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO LOTEAMENTO RECANTO DA SERRA, EM BODOQUENA/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. TRATATIVAS DE ACORDO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DAS PARTES. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o Município de Bodoquena e a empresa Memphis Empreendimentos e Participações Ltda. estão em tratativas de acordo para regularização do Loteamento Recanto da Serra, o que demonstra a ausência de má-fé por quaisquer das partes, eis que tem buscado meios para sanar as irregularidades ora discutidas nestes autos. 2. Além disso, não se vislumbra, por ora, necessidade de acompanhamento ministerial, pois se de um lado, não se demonstrou, a princípio, dano ao meio ambiente, de outro, verifica-se que eventual irregularidade de inadequação com as normas urbanísticas no empreendimento pode e deve ser sanado pela própria Administração Pública, amparado pelo poder de polícia e na autoexecutoriedade. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000305-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Batista Podscan

Assunto: Apurar a realização de obra potencialmente poluidora (barramento) em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Figueira I, em Paranaíba/MS, sem autorização do órgão competente e, conforme Auto de Infração nº 012127/2023/IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REALIZAÇÃO DE OBRA POTENCIALMENTE POLUIDORA (BARRAMENTO) EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, NA FAZENDA FIGUEIRA I, EM PARANAÍBA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 012127/2023/IMASUL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009746-1 (fl. 125) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 12 de dezembro de 2023

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 077/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2023.00007337-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Conselho Brasileiro de Oftalmologia

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar conduta ilegal praticada pela ONG PROVISA a qual realizou junto à Prefeitura Municipal de Camapuã-MS um mutirão de exames de vista.

Campo Grande, 12 de dezembro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DO PREGÃO Nº 03/PGJ/2023 - ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 09.2023.00010419-0

UASG - 453860



O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

Modalidade: Pregão nº 03/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00010419-0).

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento de impressão, digitalização e cópia (*outsourcing de impressão*), com disponibilização de equipamentos de impressão, digitalização, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, suporte técnico, fornecimento de insumos originais e consumíveis como papel, toner, cartucho, sistema de gerenciamento e bilhetagem, pagamento fixo mensal por equipamento (incluindo os serviços agregados de manutenção, suporte e troca de insumos), além do pagamento por página impressa, e ainda, a **locação de fragmentadoras**, incluindo-se a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com substituição de peças e suporte técnico, conforme condições, localidades, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus adendos (anexo I);

-Abertura das propostas: dia 18 de janeiro de 2024, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 13 de dezembro de 2023, por meio dos sítios eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 05/12/2023:**

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Luiz Fernando Koyanagi;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Josiane Sanches de Mamann Zillo e Emervál Carmona Gomes;
- Gestão Contratual: Caio Ferreira Campos (titular) e Fabiano Alves Davy(suplente);
- Fiscalização Administrativa: Elvis tomas Bernal (titular) e Kelly Cristina Mengual (suplente);
- Fiscalização Técnica: Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos (titular) e Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz (suplente);

Campo Grande, 12 de dezembro de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS
Ordenadora de Despesa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 56/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00006190-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Infantil 'Caio Silva Bevilaquia' de Paranaíba, representada por sua Diretora, Bruna Karla Queiroz

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 4 de outubro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Cadeira	3
2	Cadeira de digitador	1
3	Gaveteiro	1
4	Armário de Aço	1
5	Mesa para Computador	1
6	Mesa de Madeira	3
TOTAL DE ITENS		10

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 004/2023-SGP

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA apenas** os candidatos **nominalmente listados** no tópico I – **CONVOCAÇÃO**, deste **Aviso nº 004/2023-SGP**, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos nominalmente elencados no tópico I – **CONVOCAÇÃO** foram aprovados no I Processo de Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no DOMP nº 3.006, de 30 de outubro de 2023.

Os candidatos convocados (abaixo listados no tópico I – **CONVOCAÇÃO**) deverão, **com a maior brevidade possível**, enviar e-mail para estagiariosadm@mpms.mp.br a fim de *manifestar interesse no exercício do estágio ou da residência*, ou pedir *transposição para o final da lista de aprovados*, ou, por fim, indicar a *desistência formal*; cabendo aos candidatos exclusivamente convocados por este Aviso, que vierem a apresentar **Manifestação de Interesse no Estágio ou Residência**, o compromisso de **encaminhar os documentos relativos ao credenciamento, para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br até o dia 08 de janeiro de 2024**.

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br estão relacionados no Capítulo XI do EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS, de 06 de junho de 2023, publicado no DOMP nº 2.912, de 07 de junho de 2023, e especificados ao final deste Aviso (RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

I – CONVOCAÇÃO

1. COMARCA DE BONITO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bonito, situada na Rua Lúcia Borralho, s/nº - Vila Donária, Bonito - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	MATHEUS AGRELA ZACARONI
2º	THAYNARA DE MORAES LESCANO

2. COMARCA DE CAARAPÓ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Caarapó, situada na Avenida D. Pedro II, 1730 - Vila Planalto, Caarapó - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	GIOVANI FERDINANDO MATOS DA SILVA
2º	GABRIELA MORINIGO BIAGI

3. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - RESIDÊNCIA NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	LUCAS COELHO SANTOS

ADMINISTRAÇÃO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
3º	GABRIEL BENETTI FELIPE

**4. COMARCA DE COXIM**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Coxim, situada na Avenida Marcio Lima Nantes, 105 - Vila São Salvador, Coxim - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	CLARA NASSRO DALTO

5. COMARCA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio, Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
8º	MANOEL GLAUCO FERREIRA DOS SANTOS

6. COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro, Três Lagoas - MS.

ENSINO MÉDIO.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	GIOVANA CAMPOS CAETANO
5º	JULIA CAVALLIERI VIANA
6º	CLARICE NATHALYA BARRETO FERREIRA*
7º	THIAGO DE OLIVEIRA CORSATTO
8º	IZABELA MARIA ALMEIDA DE ANDRADE

*Candidatos que se declararam negros

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justicas Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 6) Ficha de Cadastro (que será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 8) Autodeclaração de raça ou cor (arquivo será encaminhado para o e-mail do candidato convocado);
- 9) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):



I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total (documento específico para candidatos de Residência que tiverem mais de 5 anos de formado);

II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;

III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;

11) Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246 (documento específico para candidatos de Residência).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 12 de dezembro de 2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2023.00008952-8

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: ÁGUAS GUARIROBA S/A.

Valor estimado anual: R\$ 871.739,61 (oitocentos e setenta e um mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE005646, de 11.12.2023, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Fornecimento, pela CONTRATADA, de água tratada e/ou de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, destinado a atender aos prédios do CONTRATANTE, no Município de Campo Grande Mato Grosso do Sul.

Justificativa: A empresa Águas Guariroba S/A. foi autorizada pelo município de Campo Grande/MS, por meio de Contrato de Concessão nº 104/2000, a explorar em caráter de exclusividade, pelo período de 30 (trinta) anos, os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em toda área territorial do município. Decorrendo assim, a situação de inviabilidade de competição para o objeto que se pretende contratar.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 11 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/1722/2021 - PGA nº 09.2023.00005693-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Sebastião Vanderlan Borges Soares**.

Procedimento licitatório: Dispensa, nos termos do artigo 24, VIII, da Lei nº 8.666/1993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência do Contrato nº 152/PGJ/2021, por mais 12 (doze) meses, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 02.01.2024 a 02.01.2025.

Data de assinatura: 11 de dezembro de 2023.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/3839/2019 - PGA nº 09.2022.00012532-6

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Sebastião Vanderlan Borges Soares**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e no artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1.993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e reajuste dos valores contratados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor estimado anual: R\$ 30.804,32 (trinta mil oitocentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

Vigência: 1º.1.2024 a 1º.1.2025.

Data da assinatura: 11 de dezembro de 2023.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E NOTA DEZ EDUCACIONAL PONTAPORANENSE LTDA

Processo: 09.2023.00010711-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **NOTA DEZ EDUCACIONAL PONTAPORANENSE LTDA**, representada por **Mateus Nucci**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nº 42, de 16 de junho de 2009; nº 52, de 11 de maio de 2010; nº 62, de 31 de agosto de 2010; e Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; e mediante as seguintes cláusulas e condições.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios não obrigatórios aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência no Ensino Médio oferecido pela Instituição de Ensino **NOTA DEZ EDUCACIONAL PONTAPORANENSE LTDA**, nas dependências do CONCEDENTE, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 12.12.2023 até 12.12.2028.

Data da assinatura: 12 de dezembro de 2023.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008962-8

Notificada: RRA Comércio Eletro-Fonia Ltda

RRA COMÉRCIO ELETRO-FONIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 44.307.153/0001-51, com sede na Est dos Bandeirantes, nº 14.797, cas 17, Vargem Pequena, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.783-025, representada neste ato por Hugo Leonardo Pedro dos Santos, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02xxxxxxxx04, DETRAN/RJ e do CPF nº 083.xxx.xxx-10, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado (item 9.1.2., da Cláusula Nona, da Ata de Registro de Preços nº 039/PGJ/2022). A multa corresponde ao valor total de R\$ 22,10 (vinte e dois reais e dez centavos). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, do mesmo artigo, da Lei nº 8.666/93). Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****PROCEDIMENTO Nº 09.2021.00004813-0****RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2023/32PJ/CGR**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e a aprovação para uso na população¹;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais, citam-se:

- realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a devida aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilização da importância da vacinação;

¹ https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf



- planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendados, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;

- realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional de saúde capacitado, a fim de encaminhar os não vacinados às UBS para atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;

- desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir a atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem caindo gradativamente, sendo que, em 2021, conta com menos de 59% dos cidadãos imunizados, sendo o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde de 95 % ²

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal numero inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022³;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola, e difteria, em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil⁴;

CONSIDERANDO que a que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei dispõe que é obrigatória, em todo o território estadual, a apresentação da Carteira de Vacinação dos alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas da rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, durante Reunião de Trabalho realizada no dia 28 de março de 2023, no Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002390-2, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pontuou a existência de tratativas para que fosse exigido o atestado de situação vacinal" no momento da matrícula das crianças nas escolas, o que faria com que os pais faltosos buscassem vacinar seus filhos quando da formalização da matrícula no início do ano letivo, já que hoje apresentam apenas a "carteirinha de vacinação";

CONSIDERANDO que se verificou que a apresentação apenas da "carteirinha de vacinação" tem sido insuficiente para demonstrar a regularidade vacinal, já que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecimentos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão completos;

CONSIDERANDO que tal situação contribui para os baixos índices de vacinação, uma vez que não há análise minuciosa acerca da atualização da carteira de vacinação de crianças e adolescentes;

² <https://portal.fiocruz.br/noticia/cobertura-vacinal-no-brasil-esta-em-indices-alarmanantes>

³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>



CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde (documentos anexos);

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que *a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;*

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar *ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, que estabeleceu que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com fundamento no art. 127, caput, da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA:

Ao Secretário Municipal de Saúde de Campo Grande (Sandro Trindade Benites), Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (Maurício Simões Corrêa), Secretário Municipal de Educação (Lucas Henrique Bitencourt de Souza) e Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (Helio Queiroz Daher) a exigência de "atestado de situação vacinal" de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público ou particular, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno, a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas da criança e/ou adolescente estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências não impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

Determina-se ainda que:

A) No prazo de 30 (trinta) dias respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas do Município, públicas e privadas, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação;

B. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência – CAODH;



C. Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS.

Coxim-MS, 23 de novembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0053/2023/34PJ/CGR

Inquérito Civil nº 06.2018.00002425-1

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002425-1, que estará à disposição de quem possa interessar no endereço da promotoria acima descrito, bem como o procedimento poderá ser acessado integralmente via internet, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Objeto(s): Apurar se houve cumprimento das exigências urbanísticas dispostas nas listas de exigências e se houve adimplemento das obrigações e contrapartidas tratadas na Guia de Diretrizes Urbanísticas do Condomínio Leonel Brizola.

Principais obrigações: construir ou ampliar uma área equivalente a 40,16 metros quadrados do EMEI Tijuca, no prazo de seis meses a contar de 20 de janeiro de 2024; construir ou ampliar uma área equivalente a 33,75 metros quadrados na EMEI do Jardim Carioca, no prazo de seis meses a contar de 20 de janeiro de 2024.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2023.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2023/03PJE/CGR

A 61ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica o investigado no Inquérito Policial nº 08.2021.00083407-7 do seu arquivamento.

Inquérito Policial nº 08.2021.00083407-7

Investigado: Jose Aparecido Viana da Silva

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Tendo em vista que decorreu o prazo decadencial para manifestação do interessado ofendido em ver o autor dos fatos processado criminalmente, pugna, desde já, pela decretação da extinção da punibilidade do autor, com fulcro no art. 107, inciso IV, do Código Penal.

Campo Grande/MS, 11 de dezembro de 2023

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2023/03PJE/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça de Campo Grande - MS, nos termos do que dispõe o artigo 28, caput, do Código Penal e artigo 5º, da Resolução nº 043/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, cientifica o investigado no Inquérito Policial nº 08.2021.00083407-7 do seu arquivamento.

Inquérito Policial nº 08.2021.00083407-7

Investigado: Tânia Ribeiro dos Santos

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Tendo em vista que decorreu o prazo decadencial para manifestação da interessada ofendida em ver a autora dos fatos processada criminalmente, pugna, desde já, pela decretação da extinção da punibilidade da autora, com fulcro no art. 107, inciso IV, do Código Penal.

Campo Grande/MS, 11 de dezembro de 2023

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA

Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0028/2023/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 27/11/2023, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e a empresa Terra Solo Locações e Máquinas Pesadas, representada pelo Sr. Eduardo Camacho Carvalho, referente à apuração da conduta da empresa na execução de serviços, no bojo do Inquérito Civil:06.2023.00001062-9, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Amambai (MS), 12 de dezembro de 2023.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

TÍTULO I – PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s): TERRA SOLO LOCAÇÕES E MÁQUINAS PESADAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 20.293.252/0001-63, com sede na Rua Alagoas, n. 157, Jd. Alvorada, em Maringá-PR, CEP n. 87033-330, devidamente representada por seus proprietários Eduardo Camacho Carvalho, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 7.906.016-0 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 007.218.989-47, nascido aos 06.06.1981, natural de Maringá-PR, residente na Rua Pioneiro Jurandyr Schelles, n. 403, Jardim Dias 1, em Maringá-PR, telefone celular n. (44) 998005554, e Maurício Rodrigues de Carvalho, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n. 885.801-2 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n. 151.337.459-15, nascido aos 28.03.1953, residente na Rua Alagoas, n. 157, Jardim Alvorada, em Maringá-PR;

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(s) EMPREENDIMENTO(s)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Atividade desenvolvida pela empresa Terra Solo Locações e Máquinas Pesadas LTDA.



CORUMBÁ

EDITAL N.º 0016/2023/07PJ/CBA**Autos do Inquérito Civil nº 06.2023.00001043-0**

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00001043-0, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Apurar irregularidades no oferecimento de educação inclusiva pelo Município de Ladário/MS para alunos com deficiência.

Corumbá/MS, 07 de dezembro de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça, em Substituição Legal

DOURADOS

EDITAL N.º 0012/2023/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000444-9 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000444-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FUNSAUD – Fundação de Serviços de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na manutenção de contratos irregulares, em detrimento de candidatos aprovados em processos seletivos realizados pela FUNSAUD.

Dourados, 12 de dezembro de 2023

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica, para fins de conhecimento e ciência, à Sra. **ROSILEIVA DA SILVA** a decisão de arquivamento do inquérito policial autos nº 08.2019.00219083-4, em que constam como investigada Rosileiva da Silva e vítima o Estado, conforme se transcreve: “**O Ministério Público Estadual arquivou o presente feito, nos insopitáveis termos do art. 129, I da Carta Política e do art. 28 do Código de Processo Penal, ante a falta de justa causa para a promoção da ação penal**”.

4ª Promotoria de Justiça de Dourados, 11 de dezembro de 2023.

JOÃO LINHARES

Promotor de Justiça

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**ELDORADO****06.2023.00001326-0****EDITAL Nº 0006/2023/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2023.00001326-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Usina Rio Paraná S/A.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da exploração de 6,82 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Santa Clara, em Eldorado/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA n. 4T2586KC, Relatório de Fiscalização IBAMA n. MKGONCI e Despacho n. 16600952/2023-EMI-MS/Ditec-MS/Supes-MS.

Eldorado/MS, 11 de dezembro de 2023

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

06.2023.00001338-1**EDITAL Nº 0007/2023/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2023.00001338-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Emilia Thereza de Andrade Romanini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 18,04 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Celina, em Eldorado/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA n. 7PA2C1M0.

Eldorado/MS, 11 de dezembro de 2023

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

SAJ/MP N. 09.2023.00011492-2**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS****RECOMENDAÇÃO n. 0001/2023/PJ/EDD**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça a Comarca de Eldorado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e IX, da Constituição Federal; art. 132, incisos II e VI, da Constituição Estadual; art. 201, § 5º, alínea c, da Lei n. 8.069/1990; art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/1993; art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994; art. 44 da Resolução n. 15/2007/PGJ; art. 3º da Resolução n. 164/2017/CNMP; bem como diante das disposições contidas na Lei n. 7.347/85 e na Lei n. 8.069/90;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis na forma do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;



CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, conforme estabelece o art. 201, incisos V, VI e VIII, da Lei n. 8.069/90, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais hábeis à proteção dos respectivos interesses individuais, coletivos ou difusos;

CONSIDERANDO que o § 5º, alínea *c* do dispositivo supracitado consagra a possibilidade do *Parquet* em expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007 dispõe em seu art. 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele ato dispõe que *"o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover"*;

CONSIDERANDO que também o artigo 3º da Resolução n. 164/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, preconiza a possibilidade de expedição de recomendação pelo Ministério Público, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, procedimento administrativo ou procedimento preparatório;

CONSIDERANDO que é dever constitucional da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, a seus direitos fundamentais (art. 227, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente reforça esta proteção em seu art. 4º e esmiuça, ao respectivo parágrafo único o que compreende prioridade absoluta: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

CONSIDERANDO que, conforme o art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade;

CONSIDERANDO que o art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente complementa que *"A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência"*;

CONSIDERANDO que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo como uma de suas linhas de ação "VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes" (art. 87, VI, ECA);



CONSIDERANDO que, dentre outras, são diretrizes da política de atendimento: **a)** municipalização do atendimento; e **b)** criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa (art. 86, incisos I e III da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que a municipalização do atendimento prestado à criança e ao adolescente se constitui na diretriz primeira da política de atendimento idealizada pela Lei nº 8.069/90, sendo no âmbito dos Municípios que a população infantojuvenil exerce efetivamente os seus direitos fundamentais (art. 88, inciso I, ECA);

CONSIDERANDO que compete aos Estados e Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 259, parágrafo único, ECA);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no art. 227, § 3º, inciso VI, determina que o direito a proteção especial abrangerá estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional dispõe que o Poder Público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar e que a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência sobre o acolhimento institucional (art. 34, *caput* e § 1º, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o acolhimento familiar visa propiciar às crianças e aos adolescentes acolhimento em ambiente familiar, atendimento individualizado e preservação dos vínculos comunitários, não objetivando afastar ou substituir definitivamente a família de origem, mas sim fortalecê-la através da sua promoção social simultaneamente, de forma a possibilitar a reintegração familiar da criança ou do adolescente acolhido ou, em caso de comprovada impossibilidade, a sua colocação em família substituta (art. 19, *caput* e art. 101, inciso IV c/c §1º, ambos do ECA);

CONSIDERANDO que o ECA dispõe, ainda, que o acolhimento familiar ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, como parte do esforço para viabilizar a reintegração familiar (art. 101, § 7º, Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o artigo 34, § 4º, da Lei n. 8.069/90, determina que poderão ser utilizados recursos federais, estaduais, distritais e municipais para a manutenção dos serviços de acolhimento em família acolhedora, facultando-se o repasse de recursos para a própria família acolhedora;

CONSIDERANDO a necessidade de se fomentar uma nova cultura de acolhimento, visando à desinstitucionalização e reordenamento das políticas de proteção social, envolvendo vínculos afetivos e familiares;

CONSIDERANDO que o governo brasileiro elaborou e aprovou, em dezembro de 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária⁶ que traça diretrizes nacionais para as medidas de apoio sócio familiar, de acolhimento familiar e institucional e de adoção, diretamente relacionado ao investimento nas políticas públicas de atenção à família e da proteção integral;

CONSIDERANDO que o acolhimento familiar está previsto na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e integra os Serviços de Proteção de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

CONSIDERANDO que os parâmetros mínimos de funcionamento para os serviços de acolhimento estão regulamentados na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269/2006, e Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS nº 01, de 18 de junho de 2009;

CONSIDERANDO que *"o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pode ser implantado em cidade de grande, médio e pequeno porte, bem como em metrópoles, coexistindo com instituição de acolhimento institucional"* ⁷;

⁶ <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>

⁷ VALENTE. Jane. Família Acolhedora: As relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulos, 2013. p. 109.



CONSIDERANDO que o programa de famílias acolhedoras gera um custo inferior aos cofres públicos quando comparado às instituições de acolhimento⁸;

CONSIDERANDO, que acerca do tema, assim tem decidido os tribunais pátrios:

REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - LEI MUNICIPAL Nº 6.708/2006 - IRREGULARIDADES APONTADAS NA INICIAL - NECESSIDADES DE PROFISSIONAIS E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA - IRREGULARIDADES IMPLEMENTADAS NO CURSO DA DEMANDA - REMESSA CONHECIDA PARA CONFIRMAR A R. SENTENÇA. 1. A presente demanda tem como objetivo assegurar o bom desenvolvimento do Programa Família Acolhedora, serviço vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), criado pela Lei Municipal nº 6.708/2006 que, em seu artigo 3º "caracteriza-se como uma alternativa de proteção às crianças e aos adolescentes que precisam, temporariamente, ser retirados de sua família de origem, mediante a concessão temporária de guarda e responsabilidade." 2. O Programa Família Acolhedora instituído pela Lei nº 6.708/06 visa efetivar os direitos das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, assegurados na Constituição Federal e na Lei nº 8.069/90. 3. Para se alcançar os objetivos da referido Programa, necessita o Município de Vitória de uma equipe técnica (art. 19) composta, dentre outros profissionais, de assistente social e psicólogo que deverão, dentre outras atribuições, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, as crianças e adolescentes, bem como as famílias de origem, dando-lhes o apoio psicossocial necessário, antes, durante e após o acolhimento. 4. In casu, quando do ajuizamento da demanda restou demonstrada que o Programa Família Acolhedora do Município de Vitória estava em situação irregular, porquanto pendente da alocação de assistente social e psicólogo, bem como precária a divulgação deste e, ainda, com problemas de repasse dos benefícios e pagamentos às empresas que gerenciam as instituições acolhedoras, situação que foi admitida pela Municipalidade, conforme se infere de suas manifestações de fls. 41/42, 72, 73/76, 83/87. 5. As medidas irregulares comprovadas na exordial, só foram implementadas pela Municipalidade durante o curso da demanda, de modo que compete ao Judiciário prosseguir até o julgamento final, com a efetiva entrega da prestação jurisdicional que se encerra com a sentença de mérito, não havendo que se falar em perda do objeto. 6. Sentença confirmada em sede de remessa necessária. (TJES. Remessa Necessária nº 0007811-18.2015.8.08.0024, 4ª Câmara Cível do TJES, Rel. Manoel Alves Rabelo. j. 20.11.2017, Publ. 27.11.2017)

PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. DEVER DO MUNICÍPIO. SENTENÇA MANTIDA. REEXAME IMPROVIDO DE ACORDO COM PARECER MINISTERIAL. I - O Ministério Público ajuizou Ação Cautelar de Depósito das menores C. L. da C. A. e C. S. da C. A., 13 e 12 anos de idade, respectivamente, em razão do seu genitor ter obrigado a primeira a praticar conjunção carnal e outros atos libidinosos com ele e, após, tentativa de colocação das adolescentes na sua família extensa que restou frustrada, restando, assim, somente o Programa de Família Acolhedora, porquanto a manutenção do statu quo resultará na permanência inaceitável de situação de risco. II - Registra-se, que a imposição da obrigação pelo Poder Judiciário ao Município não viola o princípio da separação dos poderes nas atribuições da Administração Pública local, vez que o Estado de Direito se caracteriza pelo primado da lei, assim, cumpre ao Executivo aplicar a lei e ao Judiciário fazê-la incidir quem quer que seja, inclusive ao Executivo Municipal quando se recusarem a observá-la ou se omitirem a fazer. Nesse contexto, se faz necessário esclarecer que o Poder Judiciário pode obrigar o ente municipal ao cumprimento das normas constitucionais, especialmente quando a matéria em questão tratar-se de direitos inerentes à criança e adolescente, conforme se vislumbra do voto proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF nº 45, que teve como relator o Ministro Celso de Melo. III - Na hipótese dos autos, o Município de Nova Iorque não possui programa de política de acolhimento institucional, no que caracteriza conduta de omissão quanto ao seu dever instituir de política pública de atendimento e acolhimento de criança e adolescente em situação de risco. IV - Assim, não havendo programa pelo Município de acolhimento institucional, a medida mais acertada foi a adotada pela magistrada de origem, qual seja, a manutenção das menores com as famílias que as acolheram e em contrapartida que o Município de Nova Iorque forneça ajuda financeira mensal no importe de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) a cada responsável. V-Remessa Necessária improvida. (TJMA. Processo nº 021453/2017 (205806/2017), 5ª Câmara Cível do TJMA, Rel. José de Ribamar Castro. DJe 07.07.2017)

CONSIDERANDO que no Brasil existem mais de 46 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento, que vivem atualmente nas quase 4 mil entidades credenciadas junto ao Judiciário de todo o País, conforme dados do

⁸ <https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/256167743/familia-acolhedora-custa-tres-vezes-menos-que-abrigos>



Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁹;

CONSIDERANDO a inexistência de legislação municipal e, conseqüentemente, de políticas de acolhimento familiar no Município de Eldorado/MS para o atendimento da demanda existente, impossibilitando a aplicação da preferencial medida de proteção previstas no art. 101, inciso VIII, do ECA;

CONSIDERANDO que compete aos Estados e Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 259, parágrafo único, ECA);

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Município de Eldorado/MS, em seu artigo 29, prevê que Compete privativamente ao Prefeito o encaminhamento de projetos que disponham sobre a criação, a estruturas e as atribuições das secretarias municipais e de órgãos da administração pública;

CONSIDERANDO que em outras cidades do Estado de Mato Grosso do Sul como Dourados e Laguna Carapã/MS o acolhimento familiar encontra o devido respaldo legislativo municipal¹⁰ e se encontra em plena execução, demonstrando resultados satisfatórios¹¹;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de pronta implantação de programa de acolhimento familiar no Município de Eldorado/MS;

RESOLVE, em defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo, sob a ótica dos princípios da proteção integral e do melhor interesse, RECOMENDAR, ao Prefeito Municipal de Eldorado/MS e à Secretária Municipal de Assistência Social de Eldorado/MS, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais que, no prazo de 120 (cento e vinte dias):

01 - Encaminhe, o Prefeito Municipal de Eldorado/MS, para a Câmara Municipal de Eldorado/MS, projeto de Lei Municipal que cuide do serviço de acolhimento familiar, obedecendo aos preceitos e parâmetros mínimos, contidos na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Política Nacional de Assistência Social, Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes CONANDA/CNAS, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS/2006 e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS/2012, dentre eles:

ASPECTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS:

a) Limitação de acolhimento de uma criança ou adolescente por família, por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, condicionada a avaliação técnica que ateste ser o acolhimento em família acolhedora a melhor alternativa para o caso e à disponibilidade da família cadastrada.

b) Competência do Município na seleção, capacitação e acompanhamento das famílias acolhedoras pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento, a ser criada por ele criada, bem como na indicação de família disponível e em condições de acolher criança/adolescente indicado pela autoridade competente.

c) Realização de acolhimento familiar mediante termo de guarda provisória a família acolhedora previamente cadastrada e indicada pelo serviço, a ser solicitado pelo serviço de acolhimento à autoridade judiciária. O termo de guarda deve ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento e sua manutenção deve estar vinculada à permanência da família acolhedora no serviço.

FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA:

a) Divulgação, Seleção, Preparação e Acompanhamento das Famílias Acolhedoras:

O processo de seleção e capacitação criterioso é essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Para tanto, a lei deve prever, minimamente, os seguintes passos:

I) Ampla Divulgação: com informações precisas sobre os objetivos e a operacionalização do Serviço, perfil dos usuários, critérios mínimos para se tornar família acolhedora, dentre outros. A sensibilização de famílias para a

9 <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85134-cnj-servico-o-que-sao-familias-acolhedoras>

10 <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Lei-no-3991-Familia-Acolhedora.pdf>

<http://www.lagunacarapa.ms.gov.br/uploads/file/550/1533212458.PDF>

11 <http://lagunainforma.com/noticia/23898/um-quarto-dos-municipios-de-ms-ja-investem-em-acolhimento-familiar>



participação do serviço como famílias acolhedoras requer uma estratégia de divulgação permanente, a ser realizada, em conjunto, pelo executor e pelo órgão municipal competente, que privilegie a clareza dos objetivos dessa modalidade de atendimento, de modo a não ser confundida com adoção. O processo de divulgação também envolve a sensibilização de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos para possibilitar estabelecer parcerias de trabalho.

II) Acolhida e avaliação inicial: Deve ser realizada por equipe técnica multidisciplinar, qualificada e disponível para prestar os esclarecimentos necessários às famílias interessadas, individualmente e/ou em grupos de familiares. Este primeiro momento de interlocução possibilita, inclusive, a identificação de possíveis motivações equivocadas – como interesse em adoção. Esse é o momento em que as informações devem ser claras e objetivas, de modo a evitar mal-entendidos e poupar tempo e envolvimento emocional da equipe e dos pretendentes ao acolhimento. Deve também ser verificado se as famílias atendem aos critérios mínimos exigidos para a função, inclusive em relação ao desejo, disponibilidade e concordância de todos os membros do núcleo familiar em acolher e participar dos encontros de seleção, capacitação e acompanhamento.

III) Avaliação Documental: Documentação mínima a ser exigida constitui abarca documentos pessoais (RG, CPF), comprovante de residência, comprovante de rendimentos, certidão negativa de antecedentes criminais, atestado de saúde física e mental. Os documentos devem ser apresentados por todos os membros maiores de idade do núcleo familiar. Em se tratando de casal, é indicado que o termo de guarda seja expedido em nome de ambos.

IV) Seleção: Após a avaliação inicial, as famílias inscritas como potenciais acolhedoras deverão passar por um estudo psicossocial, com o objetivo de identificar os aspectos subjetivos que a qualificam ou não para participação no programa. Essa etapa deverá envolver entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo e visitas domiciliares, sempre utilizando metodologias que privilegiem a coparticipação das famílias, em um processo que inclua a reflexão e autoavaliação.

É essencial que todo o grupo familiar participe do processo de avaliação e seleção.

Algumas características a serem observadas são:

- i) disponibilidade afetiva e emocional;
- ii) padrão saudável das relações de apego e desapego;
- iii) relações familiares e comunitárias;
- iv) rotina familiar;
- v) não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química;
- vi) espaço e condições gerais da residência;
- vii) motivação para a função;
- viii) aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes;
- ix) capacidade de lidar com separação;
- x) flexibilidade;
- xi) tolerância;
- xii) proatividade;
- xiii) capacidade de escuta;
- xiv) estabilidade emocional;
- xv) capacidade de pedir ajuda e de colaborar com a equipe técnica, dentre outras.

Além disso, este estudo psicossocial deverá indicar o perfil de criança e/ou adolescente que cada família está habilitada a acolher, inclusive a partir da opinião dos membros da família quanto a este aspecto (ainda que durante o processo de capacitação esse perfil possa ser modificado ou ampliado).

V) Capacitação: as famílias selecionadas deverão participar de processo de capacitação, a ser desenvolvido com metodologia participativa, de modo dinâmico, por meio de oficinas e seminários, que podem ser conduzidos pelos profissionais da equipe do Serviço e por especialistas convidados (outros profissionais da rede, do Sistema de Justiça etc.). Também é bastante recomendável que, durante o processo de capacitação, sejam feitas apresentações de experiências de famílias acolhedoras que já vivenciaram o acolhimento, assim como de famílias de origem cujas crianças/adolescentes foram acolhidos pelo serviço e já retornaram ao lar, de modo a dar concretude à proposta.

Alguns temas relevantes a serem trabalhados em uma capacitação inicial são:

- i) Operacionalização jurídico-administrativa do serviço e suas particularidades;
- ii) Direitos da criança e do adolescente;
- iii) Novas configurações familiares e realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- iv) Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade etc.); brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites etc.;

v) Comportamentos frequentemente observados entre crianças/ adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência, etc;



- vi) Práticas educativas; como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;
- vii) Políticas públicas, direitos humanos e de cidadania;
- viii) Papel da família acolhedora, da equipe técnica do programa e da família de origem.

CADASTRAMENTO:

As famílias que forem consideradas aptas a serem acolhedoras deverão formalizar sua inscrição no Serviço com o preenchimento da ficha de cadastro, que contempla os documentos necessários (já citados no item Avaliação Documental), informações sobre toda a família e indicação quanto ao perfil de criança/adolescente que se julga capaz de acolher.

A documentação necessária deverá ser encaminhada pela coordenação do Serviço à Justiça da Infância e Juventude, para que possa ser emitido, com presteza, o termo de guarda e responsabilidade quando ocorrer o acolhimento de uma criança/adolescente pela família cadastrada.

PREPARAÇÃO PARA O ACOLHIMENTO E ACOMPANHAMENTO:

A partir do momento em que uma criança/adolescente for encaminhada para o serviço, a equipe técnica deve iniciar a preparação e acompanhamento psicossocial da criança/adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio. Isso poderá ocorrer por meio de ações específicas tais como:

- a) Com a criança/adolescente:
 - i) Preparação da criança/adolescente para a entrada no programa, buscando-se estabelecer um vínculo de confiança, fornecendo explicação da situação e esclarecimentos quanto ao acolhimento familiar. Essa ação deve ser partilhada com o órgão que encaminhou a criança ou adolescente;
 - ii) Aproximação supervisionada entre a criança/adolescente e a família acolhedora;
 - iii) Escuta individual da criança/adolescente, com enfoque na adaptação à família acolhedora;
 - iv) Acompanhamento do desempenho escolar da criança e sua situação de saúde;
 - v) Viabilização de encontro semanal entre a família de origem e a criança e/ou adolescente, o qual deverá ser acompanhado pela equipe técnica.
- b) Com a família acolhedora:
 - i) Preparação da família acolhedora para a recepção da criança/adolescente, inclusive informando a situação sociojurídica do caso e, quando possível, previsão inicial do tempo de acolhimento;
 - ii) Aproximação supervisionada entre a criança/adolescente e a família acolhedora;
 - iii) Construção de um plano de acompanhamento da família acolhedora, em conformidade com as necessidades do acolhimento de cada criança/adolescente, respeitando-se as características das famílias e do acolhido;
 - iv) Acompanhamento da família acolhedora, com entrevistas e visitas domiciliares com foco na adaptação e desenvolvimento do acolhimento, com frequência mínima quinzenal ou de acordo com a avaliação do caso;
 - v) Construção de espaço para troca de experiências entre famílias acolhedoras (como grupos de apoio, de escuta mútua).
- c) Com a família de origem:
 - i) Contato inicial com a família de origem (salvo em situações de restrição judicial) para esclarecimento do que é o acolhimento familiar, seus termos e regras, assim como para convidá-la a participar do processo de adaptação da criança/adolescente na família acolhedora, fornecendo informações sobre seus hábitos e costumes. Se possível, possibilitar o encontro da família de origem com o(a) filho(a);
 - ii) Acompanhamento da família de origem, com entrevistas e visitas domiciliares periódicas, articuladas com o planejamento realizado para superação das vulnerabilidades da família;
 - iii) Construção de espaço para troca de experiências entre famílias de origem (Ex.: grupos de apoio, de escuta mútua).
- d) Outras atribuições da equipe técnica do programa:
 - i) Construir, com a participação da família de origem e serviços da rede de proteção, um plano de acompanhamento da família de origem, nuclear ou extensa, que objetive a superação dos motivos que levaram à necessidade do afastamento da criança/adolescente e consequente reintegração familiar;
 - ii) Providenciar encaminhamentos jurídico-administrativos junto à rede de educação, saúde, dentre outros serviços que se fizerem necessários.
 - iii) Possibilitar situações de escuta individual, ao longo de todo o tempo de acolhimento, de qualquer dos envolvidos (família de origem, família acolhedora e acolhido).
- e) Atribuições das Famílias Acolhedoras:



i) Preservar o vínculo e convivência entre irmãos e parentes (primos, sobrinhos etc.) quando o acolhimento for realizado por famílias diferentes.

ii) Responsabilizar-se pelas atividades cotidianas e rotineiras dos acolhidos (levar à escola, atendimentos de saúde etc.), cabendo à equipe técnica auxiliar as famílias acolhedoras na obtenção destes atendimentos, preferencialmente na rede pública.

iii) Comunicação à equipe do serviço de todas as situações de enfrentamento de dificuldades que experimentem ou observem durante o acolhimento, sejam estas elas da criança, da própria família acolhedora e/ou da família de origem.

DESLIGAMENTO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE:

O desligamento do programa será avaliado e sugerido pela equipe de profissionais do serviço, em diálogo com a Justiça da Infância e Juventude, com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede envolvida a possibilidade de retorno familiar (à família de origem, nuclear ou extensa. O desligamento deve ser precedido de preparação e apoio específico por parte da equipe técnica, com ações:

a) Com a criança/adolescente:

Escuta individual e apoio emocional à criança/adolescente, com enfoque no retorno à família de origem e separação da família acolhedora.

b) Com a família de origem:

i) Intensificar e ampliar, de forma progressiva, os encontros entre a criança/adolescente e sua família - que gradativamente deverão deixar de ser acompanhados pela equipe, a permanência com a família nos finais de semana e, por fim, o retorno definitivo.

ii) Dar continuidade ao acompanhamento à família de origem após a reintegração da criança/adolescente, por um período mínimo de seis meses, de forma a lhe dar suporte para o cumprimento de suas funções de cuidado e proteção, buscando sua autonomia e visando evitar a reincidência da necessidade de acolhimento. Conforme a estrutura local, tal acompanhamento poderá ser feito pela equipe técnica do serviço de famílias acolhedoras que acompanhou o acolhimento ou por outro serviço socioassistencial (CRAS, CREAS) em articulação com a rede local.

c) Com a família acolhedora:

i) Orientar a família acolhedora para intensificar a preparação da criança/adolescente para o desligamento;

ii) Realizar encontros com a família acolhedora (entrevistas individuais e com o grupo familiar), com foco na saída da criança/adolescente e na experiência de separação, oferecendo apoio psicossocial após a saída do(a) acolhido(a), manutenção das atividades em grupo com outras famílias acolhedoras e do contato regular com a equipe técnica;

iii) Intermediar e orientar a família acolhedora com relação à manutenção de vínculos com a criança/adolescente e sua família após a reintegração familiar, o que também amplia a proteção da criança/adolescente acolhido. Entretanto, deve ser respeitado o desejo de todos os envolvidos, além de serem consideradas as características de cada caso, avaliando-se a pertinência ou não da manutenção desde contato.

- No caso em que forem esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar e a criança/adolescente for encaminhada para adoção, a família acolhedora deverá contribuir para essa transição e, em conjunto com a equipe técnica do serviço, preparar esta criança para a colocação em uma família definitiva.

- O desligamento do programa deve ocorrer mediante determinação da Justiça da Infância e Juventude.

RECURSOS HUMANOS¹²:

- Deverá ser respeitado o número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições abaixo elencadas.

EQUIPE PROFISSIONAL MÍNIMA:

a) 1 Coordenador

- Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere. Amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.

- Competirá ao Coordenador a Gestão e Supervisão do funcionamento do serviço; a organização da divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras; a organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; a organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias; articulação com a rede de serviços; articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.

b) Equipe Técnica

¹² A composição da equipe que deve atuar nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes foi regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução Nº130, de 2005 do CNAS).



- Formação Mínima: Nível superior¹³ e experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco.

Deverão ser disponibilizados 02 (dois) profissionais para o acompanhamento de até 15 (quinze) famílias de origem e 15 (quinze) famílias acolhedoras.

- Competirá a esta equipe Técnica a Acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras; articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos; preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; acompanhamento das crianças e adolescentes; organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual; encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: I. possibilidades de reintegração familiar; II. necessidade de aplicação de novas medidas; III. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; IV. outras informações que julgar pertinente.

INFRAESTRUTURA E ESPAÇOS MÍNIMOS SUGERIDOS

a) Sala para equipe técnica: Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões etc.), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva.

b) Sala de coordenação/atividades: Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística etc.). O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.

c) Sala de atendimento: Com espaço e mobiliário suficiente para atendimento individual ou familiar e condições que garantam privacidade.

d) Sala / espaço para reuniões: Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais.

Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços.

ORÇAMENTO:

Recomenda-se a previsão de dotação orçamentária específica e em valor suficiente a assegurar o cumprimento desta recomendação, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária para o próximo exercício e seguintes, enquadrando as despesas a serem feitas em caráter emergencial, ainda no presente exercício, em projeto/atividade já existente ou em novos projetos/atividades, seja através do remanejamento dos recursos de outras áreas, seja através da abertura de crédito orçamentário suplementar ou especial, com submissão da matéria ao Legislativo Municipal para apreciação em regime de urgência (conforme arts. 4º, “caput” e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d" c/c art. 259, parágrafo único, ambos da Lei n. 8.069/90).

- A família habilitada a participar do programa Família Acolhedora deverá receber, além do acompanhamento técnico já mencionado, [valor] por mês, por criança ou adolescente acolhido, observada, para efeitos de pagamento, a proporcionalidade em relação ao período de efetivo exercício da guarda.

02 - Com o advento e vigência da Lei Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte dias), efetivamente implemente, neste município, o Serviço de Família Acolhedora.

03 -.Desinem, no mínimo, uma equipe de referência na Secretaria Municipal de Assistência Social, preferencialmente com atuação na proteção especial, que se responsabilize pela implementação do Serviço de Família Acolhedora.

04 - Promovam o treinamento e capacitação específica, introdutória e continuada, nos moldes da Política Nacional de Capacitação, preconizada na Norma Operacional Básica-RH/SUAS, visando, sobretudo, a dar estabilidade e eficiência ao funcionamento dessa política de alta complexidade de assistência social.

05 - Elaborem fluxogramas operacionais de atendimento, notadamente em relação à atuação do Conselho Tutelar e da rede socioassistencial no que concerne ao direito à convivência familiar e comunitária.

¹³ Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. É importante que sejam agregados à equipe mínima profissionais com diferentes formações, compondo uma equipe interdisciplinar.



06 - Adotem todas as medidas administrativas, inclusive orçamentárias, necessárias à implantação do serviço de acolhimento familiar, nos moldes das *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, aprovadas por Resolução Conjunta CNAS/CONANDA para a execução do projeto.

07 - Confeccionem cronograma de implementação do programa, devendo constar nele, inclusive, as datas de início de efetivo funcionamento do projeto e das inscrições de novas famílias, assim como um plano de atividades.

08 - Adotem demais providências necessárias a sanar quaisquer outras eventuais irregularidades para a implementação do Programa Família Acolhedora no Município de Eldorado/MS.

09 - Até o fim do prazo, encaminhem ao Ministério Público documentação hábil a comprovar as medidas adotadas para desenvolvimento de cada item alhures.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à infância e juventude de que trata esta Recomendação.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado pelos recomendados (Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Assistência Social de Eldorado/MS), por escrito (através do e-mail pjeldorado@mpms.mp.br), até 31 de janeiro de 2024, se a Recomendação será acolhida.

Notifiquem-se, pessoalmente, o Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Assistência Social de Eldorado/MS.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação, eletronicamente, à Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Delegacia de Polícia Civil, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Poder Judiciário Estadual, Ordem dos Advogados (Subseção - 26ª Mundo Novo) e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumpram-se.

Eldorado/MS, 11 de dezembro de 2023.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023

A Doutora Letícia Rossana P. Ferreira Berto de Almada, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as previstas no art. 129, *caput*, II e VII, da Constituição da República, art. 27, *caput*, II, e parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (LOMP Nacional), art. 28, II, e art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 (LOMP-MS):

CONSIDERANDO a necessidade de instruir os inquéritos policiais de forma efetiva, reduzindo o tempo de trâmite dos procedimentos;

CONSIDERANDO que o artigo 28-A, inciso I, do Código de Processo Penal, prevê a possibilidade da



celebração de acordo de não persecução penal em favor do investigado, fixando como uma das condições a reparação do dano causado à vítima;

CONSIDERANDO que o artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal prevê que o juiz, ao proferir a sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;

CONSIDERANDO, por fim, que a presente recomendação objetiva propiciar uma integração das funções deste Órgão e da Polícia Civil;

Resolve RECOMENDAR, aos Delegados de Polícia Civil de Naviraí, a adoção das seguintes providências legais:

I. Na instrução dos inquéritos policiais visando apurar a prática de crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº. 9.503/97, quando houver notícia de acidente de trânsito, mesmo sem lesões à vítima, mas com dano ao veículo e/ou outros bens de terceiro, que seja procedida a qualificação e oitiva deste;

II. Ainda na hipótese acima, que seja feita a juntada aos autos dos documentos hábeis a demonstrar os prejuízos materiais decorrentes da conduta ilícita.

REQUISITA, com fulcro no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da LOMP Nacional (Lei 8.625/1993), ao Delegado Regional de Naviraí que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, leve a presente recomendação ao conhecimento de todos os seus destinatários (Delegados de Polícia e demais servidores da Polícia Civil de Naviraí), respondendo, por escrito, a esta Promotoria de Justiça quando a completa divulgação houver sido efetuada.

Naviraí-MS, 05 de dezembro de 2023.

LETÍCIA ROSSANA P. FERREIRA BERTO DE ALMADA
Promotora de Justiça

NIOAQUE

EDITAL Nº 0067/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2023.00001130-6

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDA: Câmara Municipal de Nioaque

ASSUNTO: Apurar o aumento exponencial dos vencimentos pela Lei Complementar Municipal nº 022/2023, que 'Dispõe sobre o Plano de cargos, carreira e remuneração da Câmara Municipal de Nioaque, cria cargos, estabelece atribuições, vencimentos e vantagens e dá outras providências'.

Nioaque, 7 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0068/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2023.00001131-7

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDA: Câmara Municipal de Nioaque

ASSUNTO: Apurar a necessidade de realização de concurso público de provas e títulos para fins de preenchimento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Nioaque/MS.

Nioaque, 7 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0069/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2023.00001132-8

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Herbert Lima

ASSUNTO: Apurar o exercício de atividades particulares como advogado pelo Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Nioaque durante o horário de expediente na Câmara Municipal.

Nioaque, 8 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0070/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2023.00001133-9

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDA: Câmara Municipal de Nioaque

ASSUNTO: Apurar a ausência de relatórios de atividades externas realizadas pelos servidores da Câmara Municipal de Nioaque.

Nioaque, 7 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0071/2023/PJ/NOQ**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2023.00001269-3

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Apurar possíveis irregularidades do Hospital Pequeno Porte de Nioaque.

Nioaque, 7 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

EDITAL N° 0072/2023/PJ/NOQ

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque, bem como no endereço eletrônico:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N° 06.2023.00000995-5

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Município de Nioaque

ASSUNTO: Apurar as precárias condições do transporte escolar para os alunos residentes na Fazenda São João, localizada em Nioaque.

Nioaque, 7 de dezembro de 2023.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL N° 0032/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica, CEP 79500-000, em Paranaíba/MS, Telefone (67) 2020-9365.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001178-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cláudio Francisco dos Santos

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da insuficiência de vegetação nativa para compor área de Reserva Legal, no imóvel rural denominado Chácara Recanto dos Canários (CARMS0075240), em Paranaíba/MS, conforme Relatório de Vistoria Técnica nº 088/DAEX/CORTECMA/2021 e Parecer n. 419/23/NUGEO”.

Paranaíba, 24 de novembro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça



PONTA PORÃ

EDITAL N. 0004/2023/SP/PPR

NOTICIA DE FATO 01.2023.00010010-6

Anexo IV da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 abril de 2022

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0004/2023, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5(cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, as suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expediente, salvo as hipóteses de sigilo previsto em legislação.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº0004 /2023

PROVENIÊNCIA - (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISAO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
<p>Classe-200- Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão (Cxa. N. 143,229)</p> <p>Classe-200- Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional,. para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei (Cxa n. 136 e 142).</p> <p>Classe-200- Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;(Cxa. N 149)</p> <p>Classe-200- Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III);(cxa n. 145,136,149;</p> <p>Classe -200 - Procedimento Investigatório Criminal(PIC) instrumento sumário desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, tendo como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, de respectiva ação penal.(Cxa n. 143)</p>		<p>Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.</p>	<p>2000</p>	<p>2017</p>
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: NAZIRA QUINTANA HAMER-AUX. ADMINISTRATIVO Data do preenchimento: .../.../....				

12 de dezembro de 2023

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça
Supervisão